



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 NOVEMBRO DE 2023

ATA NÚMERO VINTE E OITO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 12- INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE FELICITAÇÕES AO PROFESSOR JOSÉ MANUEL
CONSTANTINO**
- 18 - RELATÓRIO DE ANÁLISE AOS RESULTADOS DA CANDIDATURA ECO XXI - EDIÇÃO
2023**
- 19 - PROPOSTA N.º. 967/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO PARA APOIO AO PROJETO**

ESCOLAR DE ATIVIDADES NÁUTICAS DE OEIRAS - ANO LETIVO 2023/2024

- 20 - PROPOSTA N.º. 968/23 – DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “O CICLISMO VAI À ESCOLA” NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 21 - PROPOSTA N.º. 969/23 - DGALU - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS EM LINDA-A-VELHA**
- 22 - PROPOSTA N.º. 970/23 - DGO - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2024**
- 23 - PROPOSTA N.º. 971/23 - GMA - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, RELATIVO A 2022**
- 24 - PROPOSTA N.º. 972/23 - DE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ENTIDADE PROJETO FAMÍLIA GLOBAL - ASSOCIAÇÃO PARA A INSERÇÃO SOCIOCULTURAL E PROFISSIONAL DA FAMÍLIA - CRECHE FAMÍLIA GLOBAL**
- 25 - PROPOSTA N.º. 973/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE GERONTOMOTRICIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIT SÉNIOR PARA A| ÉPOCA 2023-2024**
- 26 - PROPOSTA N.º. 974/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE PORTUGUESA DE MATEMÁTICA PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS XII OLIMPIADAS DE MATEMÁTICA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM OEIRAS**
- 27 - PROPOSTA N.º. 975/23 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS INSTITUIÇÕES DA REDE SOLIDÁRIA DE INFÂNCIA - ASSOCIAÇÃO POPULAR DE PAÇO DE ARCOS (APPA), ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (APOIO), AJUDA DE MÃE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS (SCMO)**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 28 - PROPOSTA N.º. 976/23 - DPE - P.º. 03/DPE/11 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARNAXIDE - EXTENSÃO DE ALGÉS - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA**
- 29 - PROPOSTA N.º. 977/23 - DPE - P.º. 21/DPE/2020 - REABILITAÇÃO E RESTAURO DA CASA DA QUINTA DOS SETE CASTELOS - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º. 671/2023 E RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**
- 30 - PROPOSTA N.º. 978/23 - GMA - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, RELATIVO A 2023:**
- 31 - PROPOSTA N.º. 979/23 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES, PARA EDIÇÃO DO LIVRO “A CADEIA DE CAXIAS, A REPRESSÃO E A LUTA PELA LIBERDADE”**
- 32 - PROPOSTA N.º. 980/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 7 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E A UMA ESCOLA NÃO AGRUPADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE CTEAM (CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, ARTES E MATEMÁTICA) - ANO LETIVO 2023/2024**
- 33 - PROPOSTA N.º. 981/23 - DGREAE - PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA**
- 34 - PROPOSTA N.º. 982/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES/JUNTAS DE FREGUESIA PARA APOIO ÀS RESPOSTAS ALIMENTARES**
- 35 - PROPOSTA N.º. 983/23 – DCS - REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTO, NO ÂMBITO DO CENTRO QUALIFICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**

- 36 - PROPOSTA Nº. 984/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À APAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO AO RECLUSO, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE 2023**
- 37 - PROPOSTA Nº. 985/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 3º. TRIMESTRE DE 2023**
- 38 - PROPOSTA Nº. 986/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO COMUNITÁRIO E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE SÃO BENTO, EM LAVEIRAS/CAXIAS**
- 39 - PROPOSTA Nº. 987/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA**
- 40 - PROPOSTA Nº. 988/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES E À JUNTA DE FREGUESIA PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - ANO DE 2022**
- 41 - PROPOSTA Nº. 989/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA”, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PELOS PARES, ANO LETIVO 2023/2024**
- 42 - PROPOSTA Nº. 990/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS, A ASSOCIAÇÃO FLORESCER E O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (MAI) PARA IMPLEMENTAÇÃO DA 6ª. EDIÇÃO DO PROJETO “APRENDER EM CÍRCULO”, NO ÂMBITO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 43 - PROPOSTA Nº. 991/23 -DACTPH - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA CULTURA**
- 44 - PROPOSTA Nº. 992/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO JUVENIL GRUPO DE AÇÃO SOCIAL DO TAGUS (AJGASTAGUS)**
- 45 - PROPOSTA Nº. 993/23 - DP- DESANEXAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS SITAS EM TERCENA - RETIFICAÇÃO**
- 46 - PROPOSTA Nº. 994/23 - DCH - Pº. 21/DPCHM/2022 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO ALTO DA MONTANHA, CARNAXIDE - 2.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA Nº. 1051/2021 - TRABALHOS COMPLEMENTARES**
- 47 - PROPOSTA Nº. 995/23 - DPE - “Pº. 57/DPE/2020 - PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB 2, 3 DR. JOAQUIM DE BARROS - OBRAS DE REPARAÇÃO” - RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**
- 48 - PROPOSTA Nº. 996/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DE ESPETÁCULOS DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR 2023 PARA OS AUDITÓRIOS MUNICIPAIS RUY DE CARVALHO E JOSÉ DE CASTRO (DEZEMBRO 2023)**
- 49 - PROPOSTA Nº. 997/23 - DGEP - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EMISSÁRIO DE PORTO SALVO E CÂMARAS DE VISITA DO JAMOR - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA À ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**
- 50 - PROPOSTA Nº. 998/23 - UPGO - Pº. 2020/113-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS (DEFINITIVA) RELATIVA À EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A**

ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE

- 51 - PROPOSTA Nº. 999/23 - DGA - PLANO DE AÇÃO LOCAL INTEGRADO (PLAI), DO PROJETO CAPT2 - CIRCULARIDADE DA ÁGUA DE TODOS PARA TODOS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 1000/23 – UPAG - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OIKOS - COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA REALIZAÇÃO DO “NATAL NO MERCADO - EDIÇÃO 2023”**
- 53 - PROPOSTA Nº. 1001/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 30ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 54 - PROPOSTA Nº. 1002/23 - DPOC - ADITAMENTO À 17ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA REFERENTE À GOP 03.04.2022/057.011 - CICLOVIA DA RUA DA FONTE, DE VILA FRIA A LECEIA**
- 55 - PROPOSTA Nº. 1003/23 - DPU - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “VALENTIM DE CARVALHO”, EM PAÇO DE ARCOS**
- 56 - PROPOSTA Nº. 1004/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 3, 3º. DTº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 57 - PROPOSTA Nº. 1005/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 69, 1º. DTº. NO BAIRRO ALTO DA LOBA**
- 58 - PROPOSTA Nº. 1006/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA DIOGO DE TEIVE, Nº. 1, 3º. DTO, NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 59 - PROPOSTA Nº. 1007/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 1, R/C DTO., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS, EM CARNAXIDE**
- 60 - PROPOSTA Nº. 1008/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA THOMAZ DE MELLO, Nº. 15, 1º. ESQº., NO BAIRRO ALTO DA LOBA**
- 61 - PROPOSTA Nº. 1009/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 88, 1º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 62 - PROPOSTA Nº. 1010/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA GONÇALO AFONSO, Nº. 5C, NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 63 - PROPOSTA Nº. 1011/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACECOA PARA OFERTA DE CABAZES DE NATAL ÀS FAMÍLIAS ARRENDATÁRIAS MUNICIPAIS**
- 64 - PROPOSTA Nº. 1012/23 - DCA - ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS 2024 - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES**
- 65 - PROPOSTA Nº. 1013/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS, NO ÂMBITO DA 41ª EDIÇÃO DO “TROFÉU CMO - CORRIDA DAS LOCALIDADES”**
- 66 - DECLARAÇÕES DE VOTO**
- 67 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 NOVEMBRO DE 2023-----

----- ATA NÚMERO VINTE E OITO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência inicial do Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves, estando presentes os Senhores Vereadores Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha e ainda presente embora entrada no decurso da reunião a Senhora Vereadora Doutora Joana Micaela Salvador Baptista. -- -----

----- Faltou o Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte e dois minutos, o **Senhor Vice-Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** submeteu à votação a ata número vinte e quatro, de dois mil e vinte e três, de onze de outubro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares,

Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte. -----

-----Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras Teresa Bacelar e Carla Castelo por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de treze de novembro de dois mil e vinte e três a dezanove de novembro de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Vice-Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte cinco milhões quinhentos e trinta e oito mil e dezoito euros. -----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia vinte de novembro, os quais são: -----

----- - Apresentação:-----

-----Proposta do tarifário de dois mil e vinte e quatro. -----

----- - Informações: -----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data.-----

----- - Propostas de ratificação: -----

-----Procedimento por ajuste direto, em função dos critérios materiais, destinados à produção de espetáculos exclusivos, subordinados ao tema água e ambiente - Adjudicação à entidade - AQK - Associação Quorum Cultural, pelo valor de oito mil novecentos e quarenta e três euros e nove cêntimos, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor, pelo prazo de dois meses -



Câmara Municipal
de Oeiras

Despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, doutor João Serrano no dia oito de novembro de dois mil e vinte e três;-----

----- Procedimento por concurso público para a aquisição por lotes de diversos itens de “merchandising” destinados à atividade institucional dos SIMAS de Oeiras e Amadora -
Adjudicação às seguintes empresas:-----

----- Lote um - Lancheiras - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de mil quatrocentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos; -----

----- Lote dois - Marmitas - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de três mil duzentos e oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos; -----

----- Lote três - Copos de café - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de setecentos e noventa e dois euros; -----

----- Lote quatro - Cantis - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de novecentos e catorze euros; -----

----- Lote cinco - Sacos /cabazes - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de setecentos e dois euros;-----

----- Lote seis - Sacos de papel - à “Enerre, Sociedade Anónima”, pelo valor de trezentos e cinquenta e seis euros;-----

----- Lote sete - Chapéus de chuva à “Lucro Exponencial, Unipessoal, Limitada”, pelo valor de três mil quatrocentos e noventa e seis euros, todos eles acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a um valor global de dez mil novecentos e oitenta e dois euros e trinta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de entrega de trinta dias, a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte e três - Aprovado nos termos propostos, por Despacho do Senhor Presidente do Conselho de Administração, exarado dia quinze de novembro de dois mil e vinte e três. -----

----- - Propostas de deliberação: -----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a prestação de serviços de Geo Localização de oitenta e quatro viaturas da frota do SIMAS dos municípios de Oeiras e Amadora, por um período de doze meses, com início a um de dezembro de dois mil e vinte e três, na modalidade de tarefa, com consulta à Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, pelo preço base de doze mil e noventa e seis euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses, a ocorrer a partir de um de dezembro de dois mil e vinte e três até final de novembro de dois mil e vinte e quatro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento de concurso público (por lotes), para aquisição de caudalímetros ultrassónicos para ZMC e clientes sensíveis dos Municípios de Oeiras e Amadora, pelo valor base global de trinta e três mil seiscentos e cinquenta euros, acrescidos de IVA, com o prazo de fornecimento até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por consulta prévia a cinco entidades para a aquisição de serviços de Fisioterapia Preventiva, pelo preço base de trinta e três mil seiscentos e sessenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos, acrescidos de IVA, para um prazo de execução de trinta e seis meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis - Retirada;-----

-----Procedimento por concurso público destinado ao fornecimento contínuo de peças e acessórios para as viaturas da frota automóvel dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, pelo período de dois anos - Adjudicação à empresa “Vanityformula Peças Auto, Unipessoal, Limitada”, pelo valor de trinta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com a execução do fornecimento a ocorrer no prazo de dois anos, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Procedimento por concurso público (por lotes), para a aquisição de contadores de polímero para parques e jardins - Adjudicação às seguintes empresas: -----

----- Lote dois - “Wavesdefender Tratamento de Água, Limitada”, pelo valor de mil novecentos e trinta e cinco euros;-----

----- Lote três - “Wavesdefender Tratamento de Água, Limitada”, pelo valor de dez mil seiscentos e cinquenta euros; -----

----- Lote quatro “Wavesdefender Tratamento de Água, Limitada”, pelo valor de oito mil duzentos e trinta e cinco euros; -----

----- Lote cinco - “Janz - Contagem e Gestão de Fluidos, Sociedade Anónima”, pelo valor de mil setecentos e trinta e nove euros, todos eles acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a um valor global de vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e nove euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de fornecimento com início imediato com entrega ao longo de noventa dias - Retirada. -----

----- Procedimento por concurso público com vista à prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sistema AVAC - Edifício de Leceia - Adjudicação à empresa “GM2E, Gestão e Manutenção de Equipamentos e Edifícios, Limitada”, pelo valor de dezoito mil e sessenta e dois euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de doze meses, com possibilidade de renovação por períodos não superiores a doze meses, até ao limite de dois anos (setecentos e trinta dias) - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Ratificação da ordem de execução dos trabalhos complementares de espécie diferente e aprovação da sua realização, no âmbito da empreitada de alteração da câmara de manobras do subsistema da Figueirinha e renovação/substituição da rede existente, no Concelho de Oeiras - Concurso Público vinte e um mil e noventa e dois, de dois mil e vinte um - Primeiro Adicional - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Aprovação da ordem de supressão de trabalhos previstos no contrato de empreitada

de “Construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina” - Concurso Público vinte mil cento e sessenta e oito, de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada de remodelação de redes de abastecimento de água, ramais de ligação e acessórios, em diversos locais do Concelho de Oeiras - Anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte dois - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada destinada à intervenção nos vãos de fachada e na cobertura do edifício sede dos SIMAS, em Oeiras - Concurso Público dezanove mil cento e catorze, de dois mil e dezanove - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada de reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita nas redes de águas residuais e pluviais, na Amadora - Concurso Público vinte mil e catorze, de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Pedido de revisão extraordinária de preços - Contrato número setenta e oito, de dois mil e vinte - Prestação de serviços destinados à manutenção dos espaços verdes das instalações dos SIMAS nos Concelhos de Oeiras e Amadora -Anos dois mil e vinte a dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Reclamação de cliente - Rua Angra de Heroísmo, número dois, Queijas - Fatura de vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, no valor de trinta e nove mil duzentos e oitenta euros e doze cêntimos - Adiada;-----

-----Procedimento de concurso público (por lotes), para aquisição de mobiliário para as novas instalações das Secções Comerciais de Algés e Amadora dos SIMAS - Adjudicação de acordo com o seguinte:-----

-----Lote um - Mobiliário à empresa “Alpia2 - New Concept, Limitada,” pelo valor vinte



Câmara Municipal
de Oeiras

e oito mil quatrocentos e quarenta e oito euros; -----
----- Lote dois - Material de Escritório à empresa “Alpia2 - New Concept, Limitada”, pelo valor de dois mil cento e trinta e três euros;-----
----- Lote três - Equipamentos Eletrodomésticos à empresa “Alpia2 - New Concept, Limitada”, pelo valor de seiscentos e setenta e nove euros; -----
----- Lote quatro - Mobiliário Diverso (Cofre) à empresa “Frisinde - Equipamentos Industriais, Limitada”, pelo valor de dois mil oitocentos e noventa euros, perfazendo um valor global de trinta e quatro mil e cento e cinquenta euros, todos eles acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de entrega até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----
----- Abertura de procedimento por concurso público internacional para a prestação de serviços destinados à manutenção dos espaços verdes das instalações dos SIMAS nos concelhos de Oeiras e Amadora, a executar nos anos de dois mil vinte e quatro a dois mil e vinte sete, pelo preço base de trezentos e cinquenta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de doze meses (trezentos e sessenta e cinco dias), prevendo-se a possibilidade de renovação por períodos não superiores a doze meses, até ao limite de três anos (mil e noventa e cinco dias), a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte cinco, dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto. -----

5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Vice-Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios: -----
----- Número seiscentos e vinte e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre voto de pesar pelo falecimento de Nuno Calvet, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete

do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu pesar pelo falecimento de Nuno Calvet transmitindo aos seus familiares e amigos sentidas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio, bem como comunicar este Voto à família e a sua publicação no sítio da Assembleia e, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Número seiscentos e vinte e cinco, dando conhecimento que na reunião de catorze de novembro de dois mil e vinte e três apreciou a proposta de deliberação número oitocentos e sessenta e seis de dois mil e vinte e três - DMOGAH - Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, Empresa Municipal, de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte seis. -----

-----Número seiscentos e vinte e seis, remetendo cópia da deliberação sobre Proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e sessenta e sete, de dois mil e vinte três - Gabinete Contencioso de Apoio Jurídico - Parques Tejo, Empresa Municipal - Delegação de competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto SATUO, na qual deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, uma da Coligação Democrática Unitária, uma do



Câmara Municipal
de Oeiras

Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de quinhentos mil euros, distribuído em cento e cinquenta mil euros, no presente ano de dois mil e vinte e três, atendendo ao período do ano que nos encontramos e as atividades que se pretendem que a Parques Tejo desenvolva ainda este ano e em trezentos e cinquenta mil euros, no ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Número seiscentos e vinte e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e sessenta e nove, de dois mil e vinte três - Gabinete Contencioso de Apoio Jurídico - Parques Tejo, Empresa Municipal - Delegação de competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias, na qual deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de seiscentos e dez mil novecentos e dezasseis euros, divididos em trezentos e oito mil e cinquenta e seis euros, para o ano de dois mil e vinte e três, e trezentos e dois mil oitocentos e sessenta euros, para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Número seiscentos e vinte oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e setenta e dois, de dois mil e vinte três -Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo - Imposto municipal sobre imóveis (IMI) respeitante ao

ano de dois mil e vinte e três a liquidar em dois mil e vinte e quatro , na qual deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Chega, aprovar a manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, do ano de dois mil e vinte e três, a liquidar em dois mil e vinte e quatro, conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

-----A majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

-----Majorar em triplo a taxa fixada de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano nos termos da alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----

-----Para os prédios que se localizem em zonas de pressão urbanística como tal definidas em diploma próprio, em substituição da majoração prevista no número anterior é aplicado um agravamento à taxa, definida dos termos da alínea c), do número um, do artigo centésimo décimo



Câmara Municipal
de Oeiras

segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conforme o número um, da presente proposta de deliberação, no decuplo para o próximo exercício, agravada em cada ano subsequente em vinte por cento, até ao máximo de vinte vezes, nos termos do número um, do artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).----

----- No caso de se tratar de prédios urbanos ou frações autónomas, de habitação que não se encontrem arrendados para habitação ou afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo, o agravamento previsto no número anterior é aumentado em cinquenta por cento para sujeitos passivos singulares e cem por cento para pessoa coletiva, nos termos do número dois, do artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).----

----- Nos termos da alínea e), do artigo quinto, do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras aplicar uma redução de vinte por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores: -----

----- T Zero e T Um - quatrocentos euros; -----

----- T Dois - setecentos e cinquenta euros; -----

----- T Três - novecentos euros; -----

----- T Quatro e superior - mil e duzentos euros. -----

----- Número seiscentos e vinte nove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e setenta e três, de dois mil e vinte e três - Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para dois mil e vinte e quatro na qual deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um

do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Iniciativa Liberal, e com cinco abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata, duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras, no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções, configurando receita municipal em dois mil e vinte e quatro. -----

-----Número seiscentos e trinta, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e setenta e quatro, de dois mil e vinte e três - Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo - Lançamento de derrama relativa ao ano de dois mil e vinte e três a ser cobrada em dois mil e vinte e quatro na qual deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista e um do Partido Iniciativa Liberal, e com duas abstenções do Partido Social Democrata, aprovar a atualização da Derrama à taxa de um vírgula cinquenta por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) gerado no Município de Oeiras, referente ao ano de dois mil e vinte e três.-----

-----Número seiscentos e trinta e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número oitocentos e setenta cinco, de dois mil e vinte e três - Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo - Taxa Municipal dos direitos de passagem (TMDP), na



Câmara Municipal
de Oeiras

qual deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra da Coligação Democrática Unitária e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e quatro.-----

----- Número seiscentos e trinta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta Câmara Municipal de Oeiras número novecentos e um, de dois mil e vinte três - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - Segundo trimestre de dois mil e vinte três, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, da União

das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e da Junta de Freguesia de Porto Salvo uma vez que há défice face ao montante atribuído para o segundo. -----

trimestre de dois mil e vinte e três:-----

-----Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor:-----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - treze mil trezentos e sessenta e nove euros e noventa e seis cêntimos;-----

-----União das Freguesias de. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - mil quinhentos e dezasseis euros e vinte e quatro cêntimos; -----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - mil quatrocentos e noventa euros e noventa e dois cêntimos;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil trezentos e noventa e dois euros e três cêntimos. -- -----

6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes: -----

-----O **Primeiro Município** que disse: -----

-----“Venho solicitar que seja feito um desdobramento e me seja dada uma habitação numas rés do chão pelo facto do meu problema de mobilidade e porque tenho duas crianças.” ----

-----O **Senhor Vice-Presidente** solicitou: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Rocha tem conhecimento da situação?” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** esclareceu: -----

-----“O caso é conhecido e a munícipe está a aguardar disponibilidade, até porque é um caso prioritário para nós, portanto, logo que possível será atribuído um fogo.” -----

-----O **Segundo Município** que disse: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Sou residente num fogo municipal estive cá há um ano atrás e fui atendida pelo assessor do Senhor Vereador Nuno Neto, que me disse que iriam fazer as obras em minha casa, começaram e não acabaram, por isso venho perguntar quando as obras serão concluídas, visto ter a casa de banho completamente preta, tenho o estuque da marquise a cair, a casa toda sofreu uma inundação provocada pelo vizinho da casa ao lado, que deixou a torneira aberta e por esse facto as portas estão a apodrecer.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** respondeu:-----

----- “A informação que eu tenho aqui é a que está na ficha desta casa, portanto, a Senhora foi viver nesta casa e o contrato é de quinze de dezembro de dois mil.-----

----- Tenho aqui uma série de reparações e manutenções neste fogo ao longo destes vinte e três anos solicitados pela moradora, no total de seis mil e setecentos euros.-----

----- Neste momento, a moradora reclama da porta do patim que está estragado e a vistoria técnica determinou que fosse reparada a aduela, a porta de patim, substituição, portanto, uma nova, o envernizamento da porta e a reparação total da casa de banho.-----

----- Isto eram as queixas quando fez o pedido de reparação.-----

----- Houve uma visita e foi feita uma vistoria à casa em que se determinou a realização destas obras.-----

----- Depois no dia vinte e seis de maio, à empresa de manutenção, a moradora solicitou que, além destas intervenções que estavam autorizadas, se fizesse também a substituição das portas que estavam estragadas.-----

----- Ora, a empresa de manutenção não pode, por si, fazer obras, não autorizadas, tem que haver autorização.-----

----- Neste momento, o que eu tenho são as obras que estavam autorizadas, por fazer, porque a Senhora fez depender a realização das obras autorizadas, da substituição de todas as portas da casa.-----

-----Isto é o que eu tenho na ficha, no entanto para que não restem dúvidas, eu vou pessoalmente na próxima semana, se me autorizar a ir a sua casa, ver o que se passa e levo já a equipa de fiscalização, porque eu costumo dizer os moradores não são técnicos de obras, nem eu, portanto, quem percebe do assunto é que deve ir e validar, não é porque a Senhora, ou eu, que diz agora é preciso trocar uma porta, que vai ser verdade, o que os técnicos decidirem é o que será feito. -----

-----Neste momento o que está autorizado nesta casa é a substituição da aduela, o envernizamento da porta e a reparação geral e pintura da casa de banho.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Vereador vai lá na próxima semana, depois de verificar com a tal equipa que vai propor as obras e vai aprovar a realização de determinadas obras. -----

-----Só pode falar outra vez se não estiver nada feito ou se não estiver em condições.” ----

-----O **Terceiro Múncipe** que disse:-----

-----“Sou da Venezuelana, vim para Portugal e aluguei uma casa, desconhecendo que era uma casa que tinha sido atribuída a um município e que por esse facto não a podia ter alugado e agora tenho uma ordem de despejo e não tenho dinheiro para alugar uma casa no mercado e os Serviços da Câmara não me querem considerar para a atribuição de uma casa.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

-----“Atualmente não é possível, na medida em que a município está numa situação ilegal, tem que sair daquela casa, alugar uma casa no mercado e então aí será aberto um processo de atribuição de fogo e até é uma município que tem prioridade. -----

-----Visto não ter possibilidades de alugar casa no mercado irá ser recebida pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar, que a irá ajudar com o Fundo de Emergência Social, ou com outra medida, visto a Câmara ter várias medidas de apoio.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** observou: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Poderei receber a município amanhã, às catorze horas e trinta minutos.”-----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----

----- “Nós, no passado dia doze de novembro, enviámos para o Gabinete do Senhor Presidente os nossos contributos para as Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e quatro em três grandes eixos: Ação pela Saúde e Proteção da População Contra os Riscos Climáticos, Coesão Social, Espaço Público e Habitação e Governança Local e Transparência.-----

----- São vinte e duas propostas que gostaríamos de ver discutidas, e aprovadas claro, mas nem sequer obtivemos resposta ao email enviado.-----

----- Irei aqui de forma muito sintética dar nota de algumas dessas propostas.-----

----- No eixo da Ação pela Saúde e Proteção da População Contra Riscos Climáticos, concretamente naquilo que diz respeito ao combate à pobreza energética, propusemos o desenvolvimento e concretização durante, pelo menos, um ano, daquilo a que chamámos Biblioteca Móvel de Soluções, que é uma estrutura móvel, que fica durante um período de tempo num certo local, em bairros residenciais ou em zonas de passagem como “interfaces” de transporte, e que disponibiliza atendimento presencial na área da mobilidade e da energia, ou seja, técnicos especializados prestam esses vários serviços de apoio de proximidade e aconselhamento à população, nomeadamente, informação como obter financiamentos para a renovação energética das habitações.-----

----- Também propusemos a requalificação da “interface” de transportes de Algés com a arborização e disponibilização de informação ao público sobre os horários dos autocarros em tempo real.-----

----- Vias “Bus” no acesso às principais estações ferroviárias, abrigos para os passageiros em todas as paragens de autocarro do Concelho que, por estranho que possa parecer, ainda não existem, um projeto-piloto “Ruas Escolares Seguras”, com corte de trânsito automóvel junto à porta das escolas, nos dias úteis entre as sete e meia e as dezanove horas.-----

-----Planeamento de comboios de bicicletas nas escolas do ensino básico do Concelho com o apoio de entidades como a Mubi ou a Bicicultura. -----

-----Também construção de passeios ao longo da estrada do Murganhal entre Caxias, a estação de comboio e a Cidade do Futebol e, depois, num percurso pedestre da Cidade do Futebol até Queijas que é, aliás, muito importante que se faça um plano de mobilidade pedonal ao nível do Concelho. -----

-----Também o encerramento da saída da Marginal para Paço de Arcos junto ao hotel e pedonalização do troço da Rua Costa Pinto. -----

-----A criação de espaço público seguro com encerramento ao trânsito automóvel de um ou dois troços da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Algés. -----

-----Na área da adaptação às alterações climáticas, entre outras medidas, propusemos a plantação de dez miniflorestas urbanas, segundo o Método “Miyawaki”, uma por cada localidade que correspondem às antigas Freguesias, num processo participativo com as populações e especialistas, em terrenos municipais e de empresas ou privados disponíveis para aderir. -----

-----A criação de pelo menos cinco espaços públicos multifuncionais com a capacidade de reter a água da chuva e amortecer o pico de cheia. -----

-----Um Parque Urbano ao longo da Ribeira de Porto Salvo, entre outras. -----

-----No eixo da Governança Local e de Transparência, a criação de uma Provedoria Municipal da Justiça Intergeracional, um organismo independente constituído por um número a definir de jovens do Concelho, mandatado para examinar as políticas e decisões públicas, a fim de garantir que não põe em causa a justiça intergeracional ou que violam os direitos e as necessidades das gerações futuras. -----

-----Também a democratização da Revista Oeiras Atual, criando um espaço para a divulgação de iniciativas também da oposição e a transmissão “online” destas reuniões públicas de Câmara, propostas, no fundo, pelo reforço da democracia local que esperamos poderem ser



Câmara Municipal
de Oeiras

postas em prática em dois mil e vinte e quatro, quando se comemoram os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril.-----

----- É também fundamental para o reforço da democracia em Oeiras, o respeito pelo Direito da Oposição e, neste âmbito, é muito importante que a documentação relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento nos seja remetida com uma antecedência mínima de, nem vou pedir mais, duas semanas.-----

----- Ora, disponibilizar, pelo menos nesse período, documentação tão extensa para a nossa análise é realmente ou não querer que analisemos ou obstaculizar o nosso trabalho. -----

----- Nós temos a reunião de dia vinte e nove para a aprovação das GOP, a nós ainda não nos chegou esse documento.-----

----- Sobre a urbanização dos terrenos da antiga Estação Rádio Naval, vimos requerer o acesso e publicação do plano do loteamento, só acedemos à planta de síntese e a uma memória no âmbito do lançamento do concurso e, portanto, é importante que o loteamento que é desenvolvido pelo Estado seja do conhecimento público e que a Câmara nos explique qual a base legal para o lançamento do concurso público no passado dia oito de novembro para a conceção/construção, sem o procedimento que nos parecia ser o habitual de aprovação do loteamento na Câmara, se já aqui veio, não nos recordamos. -----

----- Gostaríamos de saber também o que pretende a Câmara fazer com a cedência de um terreno público para o domínio privado municipal, onde o loteamento prevê um conjunto edificado de setenta fogos e uma área de trinta, no total, são setenta mais trinta, trinta são moradias unifamiliares. -----

----- O que prevê também a Câmara para os cinco espaços destinados a equipamentos e a quem se dirigem, no fundo, os seiscentos e setenta fogos do empreendimento do IHRU, no fundo, são explicações e as pessoas certamente terão interesse e direito a saber. -----

----- Finalmente, relativamente ao Fundo de Maneio do Gabinete do Presidente, tivemos

acesso às faturas do Fundo de Maneio. Numa primeira análise que fizemos às despesas de apenas alguns meses verificamos que existiam, de facto, abusos e falta de transparência, nomeadamente, a ausência de informação sobre os fundamentos da despesa e também sobre as pessoas que tinham usufruído dessas refeições e esperamos que, com o despacho do Senhor Presidente a dar indicações para uma maior transparência, essas situações deixem de ocorrer. De qualquer forma, manter-nos-emos atentos e traremos aqui à reunião todas as questões que nos mereçam dúvidas.”

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou as seguintes informações:----

-----“Não consegui apanhar todas as propostas que a Vereadora Carla Castelo aqui apresentou, mas há uma que me ficou e queria dar nota que já está a ser feito, que é o balcão para apoio à eficiência energética para a população, que já estamos a avançar com ele. Ainda está na fase de proposta, mas já estamos a avançar com esta solução, porque também achamos que é essencial. -- -----

-----Das outras se calhar até pode haver coisas, mas confesso que não consegui apanhar tudo.-----

-----Eu hoje não trago muito informações porque gostaria que essas informações fossem dadas pelas técnicas do Gabinete de Inteligência Territorial, relativamente ao relatório que preparámos sobre os indicadores da Bandeira Verde ECOXXI, que nos tínhamos comprometido a trazer nesta reunião de Câmara, portanto, se não for oportuno agora, no fim das intervenções dos Senhores Vereadores.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“No dia nove de novembro, estive com muito gosto na sessão de abertura de “Ciclos Networking Colaborativos dos Parceiros do POS - Programa Oeiras Solidário”, desta vez sobre o tema: Empresa de Sustentabilidade Agir pelo Planeta, que se realizou no Auditório da Nestlé e



Câmara Municipal
de Oeiras

estiveram presentes cerca de quarenta empresas e saliento que estes encontros que têm lugar mais ou menos de três em três meses, promovem a proximidade entre as empresas e permitem a partilha das boas práticas e “Networking”.-----

----- Estes momentos de encontro e de partilha, seja na área social, ambiental, ou de governança, estão enquadrados naquilo que é a essência do POS, que vai fazer vinte anos no próximo ano, que se enquadra no ODS Dezassete - Parcerias para o Desenvolvimento.-----

----- - Nesse mesmo dia inaugurámos a primeira edição da Rota dos Mercados Solidários, começou no “World Trade Center” também uma iniciativa do Programa Oeiras Solidário com a presença da Vereadora Susana Duarte, onde havia várias iniciativas das instituições que aproveitavam a altura do Natal para fazer mercados pequenos e nós decidimos congregiar todas estas iniciativas e fazer o mercado solidário nos vários parques empresariais. -----

----- Começámos no Taguspark, de seguida fomos para o “World Trade Center” e esta semana estamos no Lagoas Park e vai terminar amanhã com várias iniciativas durante o dia todo, por isso são todos convidados, temos lá várias instituições do Concelho com vários presentes agora para o Natal, presentes diferentes e estão a ajudar boas causas. -----

----- - No dia onze de novembro, estive presente no Magusto, no Largo da Igreja. É uma iniciativa extraordinário, que adoro, isso e as luzes de Natal. -----

----- - No dia doze de novembro, estive presente na inauguração da exposição Oeiras na Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três, que está maravilhosa, quem puder ou tiver oportunidade de ir ver está no Parque dos Poetas. -----

----- - Estive no almoço/convívio que se realizou no Pavilhão Carlos Queiroz, como forma de reconhecimento a todos os voluntários da Jornada Mundial da Juventude.-----

----- Foi um dia muito emocionante, porque foi o relembrar, outra vez, da semana única e vivida daquela forma especial e não posso deixar de partilhar também que, para mim, foi um momento muito emotivo, porque foi a primeira vez que estive no Pavilhão Carlos Queiroz sem a

vacinação montada, sem aquele estaminé todo de vacinação e foi estranho entrar lá sem ver aquilo tudo montado para o Centro de Vacinação.-----

-----Depois também tivemos um momento alto, uma coisa maravilhosa. Foi o momento em que o nosso Presidente recebeu do Papa Francisco a Medalha da Ordem Honorífica de Estado do Vaticano do Cavaleiro da Ordem de São Silvestre. Isto foi um momento lindo e o reconhecimento que o Presidente dedicou a todos os que colaboraram na Jornada e na receção ao Papa, por isso estamos todos de parabéns, foi um momento único. -----

----- - No dia treze de novembro, estive presente na cerimónia comemorativa do décimo quinto aniversário do Armistício da Grande Guerra. -----

----- - No dia quinze de novembro, estive que o Vereador Pedro Patacho nas instalações da Nova Atena, estivemos a visitar a Universidade Sénior, estivemos a ver as obras de alargamento das instalações e eu convido todos a irem à Nova Atena se tiverem oportunidade, são seiscentos idosos que estão inscritos efetivamente e que têm aulas diariamente e que participam nas atividades e há uma resposta única que tem várias atividades, as pessoas descobrem que têm talentos e estavam lá pessoas a tocar guitarra e a cantar, eu perguntei quando é que começaram e responderam: “há um ano”, ou seja, ainda há esperança para mim, eu vou poder um dia, se calhar, começar a tocar guitarra. -----

-----Estive presente em representação do Senhor Presidente na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, em Soure, com os outros membros todos da Rede e estivemos a debater todas as questões no âmbito da saúde. -----

----- - No dia dezoito de novembro, estive, mais uma vez, com a Senhora Vereadora Susana Duarte, a quem dou os parabéns pela dinamização toda que tem havido nos mercados e nesta ocasião, estivemos na primeira edição do Ritmo, que foi uma edição promovida pela Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde, que foi uma feira de saúde especial que, através de uma sensorial que incluiu palestras, rastreios, degustações, atividades físicas, experiências, com



Câmara Municipal
de Oeiras

ajudas técnicas para pessoas com mobilidade reduzida, permitindo experienciarem e sentir o que é estar numa cadeira de rodas, tivemos passagens de modelos inclusivas com mães e pais com crianças com paralisia cerebral, com mobilidade condicionada, promovida pela Associação Mães Atípicas e foi uma manhã extraordinária e obrigada Vereadora Susana Duarte por todas estas iniciativas que andamos a fazer aqui em parceria. -----

----- - Estive também presente no dia vinte de novembro num dia muito bonito, que foi a comemoração da Convenção dos Direitos da Criança, que há trinta e quatro anos o mundo consagrou sobre a criança um olhar único, num pacto revolucionário, que envolvendo a maioria dos países do mundo criou um verdadeiro abraço de proteção aos mais jovens, que é a Convenção dos Direitos da Criança e é importante nunca esquecermos, porque, apesar de tudo e de todas estas convenções dos direitos da criança e de Portugal, assinar e ratificar este acordo, só no último ano duas mil crianças foram vítimas dentro das suas casas, dos seus pais e de quem deveria protegê-las. -----

----- -As inscrições para os cabazes de Natal sénior iniciaram-se ontem, ou pela plataforma “online”, ou presencial, ou pelo telefone e até este momento temos setecentas e dezanove inscrições, o limite são dois mil e quinhentos cabazes, nós este ano optámos por ter o critério carência económica como fator principal, tendo em conta tudo o que estamos a passar. ---

----- Por fim e deixei para o fim de propósito, vou-lhe pedir aqui um bocadinho de latitude Senhor Vice-Presidente, eu na última sexta-feira, estive com muito gosto no primeiro encontro do NPISA, que é o Núcleo de Prevenção, Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-abrigo. Isto é o Núcleo que trabalha com as pessoas em situação de sem-abrigo em Oeiras, há treze anos e é constituído por várias entidades: pela Câmara, pela Polícia Municipal, PSP, Santa Casa da Misericórdia, o IFP, etc., todas as entidades que possam contribuir para esta temática e o grande sucesso deste Núcleo é a sinalização e a sinalização neste Concelho é feita de uma forma muito célere, logo que surge uma situação, são logo acionados os meios e as pessoas são logo

abordadas o que faz com que as pessoas sintam que das duas, uma, ou são encaminhadas para alguma resposta, ou são incomodadas e não querem ser chateadas e vão para outro lado. -----

-----Foi um encontro extraordinário, tivemos a casa cheia o dia todo, assistimos a palestras e a intervenções maravilhosas, mas também houve algo que me incomodou bastante e eu não posso deixar de falar nisso, porque também é uma coisa que ando a ouvir muitas vezes na televisão e oiço outras pessoas dizerem e eu não gosto de ouvir isto, que é a banalização com que se fala dos novos sem-abrigo e a banalização com que se diz e a naturalidade com que se fala em que qualquer pessoa pode ir parar à rua, qualquer família hoje em dia pode ir para a rua. -----

-----Esta história de as pessoas que têm um problema de saúde mental ou má adição e estão na rua, que são iguais às pessoas que perderam a casa, porque não podem pagar o seu crédito à habitação e foram fazer uma tenda da Quinta dos Ingleses, que são a mesma coisa, não é verdade. --- -----

-----Não é verdade, não é a mesma coisa.-----

-----Ainda bem que nós estamos no Município que estamos, que temos políticas de habitação há várias décadas.-----

-----Eu até telefonei ao Senhor Vereador Nuno Neto, naquela ocasião, para me dizer, exatamente quantas casas é que estavam a ser já planeadas e que iam ser financiadas pelo PRR, que me disse andar à roda de mil e trezentas casas ou seja, nós estamos já a pensar nestas famílias e temos políticas de habitação. -----

-----Paralelamente a isto nós temos uma política de prevenção em que todos os técnicos de ação social deste Município, do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Integrado sejam da Câmara, da Habitação, da Ação Social, das Juntas de Freguesia, do Rendimento Social de Inserção, das Entidades que fazem um esforço diário para as pessoas não irem para a rua, como aquela senhora que apareceu na intervenção do público, ou seja, pagam parte de rendas, negociam com os senhorios, pagam quartos, fazem o que se for possível para que ninguém vá



Câmara Municipal
de Oeiras

para a rua, porque aqui em Oeiras, isso não é admissível, porque ainda bem que estamos no Município que dignifica e respeita as pessoas.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Repetindo o que o Senhor Presidente tem dito, quando vocês querem detalhar questões das informações que são dadas neste período, pode ser feito por escrito. Sob pena de estarmos a violar constantemente o regulamento que aprovámos, assim não vale a pena fazer regulamentos. O regulamento serve para organizar a condução dos trabalhos se os Senhores Vereadores decidem a cada reunião ora um, ora outro, violar a forma que os trabalhos decorrem, não vale a pena fazer regulamentos ou regimentos, portanto, Senhora Vereadora Teresa Bacelar hoje é o seu dia, não pode ser, faça por escrito e envie ao Serviço da Câmara e fica junto à ata.”--

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:-----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte: -----

----- “Começava por entregar à Senhora Vereadora Carla Castelo os elementos que solicitou já há muito tempo sobre o falecimento do nosso funcionário, Alcídio Monteiro Borges, como se recorda, na altura, foi argumentado que ele estava apenso ao processo que corria fora da nossa instituição e enquanto esse mesmo processo estivesse ainda em segredo de justiça, nós não podíamos ceder, como isso já não pende sobre nós, de forma que lhe faço chegar os dados, peço a natural parcimónia na contenção de análise dos mesmos uma vez que está aqui matéria muito sensível. Mais ninguém sabe só sabemos nós. -----

----- - No dia nove de novembro representei o Município de Oeiras, na qualidade de Vereador com o Pelouro de Gestão de Pessoas, na Conferência da “Revista Women’s Health” uma revista de recursos humanos no Grand VIP Hotel, “Como as Organizações Cuidam das suas Pessoas”, com algumas empresas e diretores gerais ou de recursos humanos, sendo o Município de Oeiras, uma vez mais, a única instituição pública ou o único membro da Administração

Pública, a par apenas de uma instituição universitária.-----

----- - Dia dez de novembro, acompanhei as equipas de recursos humanos na prática de atendimento descentralizado, visitámos, desta vez, o Agrupamento de Escolas de Miraflores, o Edifício Átrio, tentando resolver e fazer vários atendimentos aos funcionários do Município, que assim necessitavam. -----

----- - No dia dezassete de novembro, participei na qualidade de júri, enquanto Vereador com o Pelouro do Empreendedorismo nas apresentações finais do concurso intensivo de empreendedorismo uma organização da Fábrica do Empreendedor, em Carnaxide. -----

----- - Durante este fim de semana estive no evento, Nobre Gosto, dar os meus parabéns, uma vez mais, à Vereadora Carla Rocha. -----

-----Passei por lá pouco tempo, mas ouvi falar que as MasterClass foram de grande qualidade, uma vez mais perdi-as, e que esteve muita gente, talvez ligeiramente até acima da edição anterior, portanto, lá está um evento que merece ser apoiado pelo Município de Oeiras e que faz todo o sentido ser realizado aqui entre nós. -----

-----Estive durante a noite em representação do Senhor Presidente na cerimónia de entrega de prémios do Concurso Vinhos de Lisboa, organizado pela Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa, que se realizou na Quinta da Pimenteira. -----

-----A esse propósito dizer-vos que para não variar, que o Município de Oeiras recebeu quatro distinções: O Vila Oeiras Branco Generoso dois mil e doze, medalha de ouro; Vila Oeiras Branco Generoso dois mil e quinze, medalha de ouro; o Casal da Manteiga Branco dois mil e vinte e um, medalha de ouro; e o grande ouro para Vila Oeiras Branco Generoso Superior, portanto, o Município de Oeiras, distinguiu-se face a muitos dos produtores que lá estavam, o que não deixa de ser caricato, porque é precisamente o Município a dar cartas no mercado que aparentemente poderia nem sequer fazer parte e a dar cartas num vinho que poderia estar esquecido e já nem sequer existir. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - No dia vinte de novembro, de resto, como a generalidade dos Senhores Vereadores estive no lançamento do livro: “Falta Fazer Bem Feito”, do Professor Eduardo Correia e Silva, no Taguspark, uma cerimónia interessante onde o Professor Eduardo Correia e Silva lançava uma súpula das suas crónicas escritas, já vai de há muitos anos a esta parte, sobre a política nacional, portanto, do ponto de vista académico e teórico foi uma cerimónia muito interessante, também gostava aqui de destacar, porque, na verdade o Município de Oeiras continua a ser o Município de excelência com quadros de excelência a todos os níveis, não só aqueles que desempenham funções públicas, mas muitos dos empresários do nosso Município também que se destacam não só nacionalmente como internacionalmente e foi bom assistir, uma vez mais, a mais um lançamento de um livro de alguém que faz parte também toda esta equipa.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “No dia nove de novembro, realizámos o nosso Encontro Anual com o Associativismo Desportivo de Oeiras com todos os clubes e coletividades para partilhar dados sobre o nosso tecido associativo em Oeiras e apresentar o programa quadro de financiamento para a época desportiva dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro. -----

----- Alguns dados interessantes é que já estamos bem acima dos números pré-pandemia. Na altura, chegámos bem aos dezoito mil praticantes, agora estamos quase a atingir os vinte mil e o número de coletividades aumentou, portanto, em todos os indicadores, estamos acima daquilo que acontecia no pré-pandemia o que é muito positivo. -----

----- - No dia dez, participei com outros Vereadores de várias Câmaras Municipais do País na sessão de abertura do ano letivo do programa do Projeto Escolas de Excelência em parceria com a Universidade Nova de Lisboa e que há vários anos está em curso em vários agrupamentos de escolas do nosso Concelho. -----

----- - No dia onze, comemorou-se o vigésimo terceiro aniversário do Instituto Superior Técnico, no Taguspark, com a abertura do Campus à comunidade, foi visitado por muitas pessoas e famílias durante aquele dia que ali puderam realizar atividades relacionadas com a engenharia, com a ciência, com a tecnologia.-----

----- - No dia dezasseis, teve lugar na Escola Básica Jorge Mineiro, em Queluz de Baixo, uma sessão de apresentação do Plano de Intervenção e Requalificação daquela escola, tanto dos espaços exteriores, como do espaço interior, foi uma sessão de participação e de auscultação da comunidade educativa sobre aquilo que é o estudo prévio da Câmara Municipal.-----

-----Participaram os Serviços do Departamento de Obras, do Departamento de Educação, a Associação de Pais, a Direção do Agrupamento de Escolas, a Coordenação de todo o corpo docente da escola e foi um momento muito interessante de envolvimento e participação da comunidade escolar naquilo que é o planeamento do projeto de intervenção na escola cuja primeira fase prevê que tenha arranque já no primeiro trimestre de dois mil e vinte e quatro.-----

----- - No dia dezoito, tive o gosto de representar o Senhor Presidente na cerimónia habitual de homenagem a José de Castro, em Paço de Arcos, junto ao monumento que foi erigido em sua a sua honra e em sua homenagem. -----

-----Este ano com felicidade de já estar aberto à comunidade o Centro Cultural José de Castro, em Paço de Arcos, onde seguiu a programação. -----

----- - Também no mesmo dia, comemorou o aniversário uma das mais antigas coletividades do nosso Concelho, a SIMPS, em Porto Salvo, realizou um concerto de muita qualidade. Este ano com a novidade de ter tido a visita da Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, o que juntou públicos muito diferentes em dois concertos sucessivos em Porto Salvo e foi um espetáculo muitíssimo interessante. -----

----- - No dia dezanove, realizou-se a quarta edição do Oeiras Trail o que já se conseguiu afirmar como uma das principais provas do panorama do circuito nacional com cerca de mil



Câmara Municipal
de Oeiras

participantes, vamos ver se em dois mil e vinte e quatro conseguimos chegar aos mil e quinhentos participantes, a festa acontece na Fábrica da Pólvora, o circuito é na Freguesia de Barcarena. -----

----- - No dia dezanove, uma outra coletividade do nosso Concelho, não tão antiga, neste caso o Clube Escola de Ténis de Oeiras comemorou quarenta e seis anos, tive oportunidade de estar com os associados, com as famílias e os atletas desse clube. -----

----- - No dia vinte, em Carnaxide, a Escola Básica Sílvia Philips comemorou quarenta e nove anos com a presença de toda a comunidade.-----

----- Estou aqui a destacar a iniciativa do Agrupamento de Escolas, de começar a assinalar os aniversários das suas escolas e a assinalar também, relacionando esse aniversário com os patronos da escola, neste caso é a Sílvia Philips, um representante da Philips esteve também presente e foi uma cerimónia interessante, onde também pudemos falar um pouco daquilo que tem sido a atividade do Município na manutenção, ampliação e qualificação daquela escola. -----

----- - Hoje teve lugar a cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa, ao Professor José Manuel Constantino, que é atualmente Presidente do Comité Olímpico de Portugal, mas até lá chegar já fez muito e quase tudo o que havia para fazer, no que diz respeito ao dirigismo e às políticas públicas e a cargos no público no desenvolvimento das políticas desportivas. -----

----- Na sua alocução, que foi muito emocionante o Professor José Manuel Constantino lembrou uma citação de Pierre Coubertin, fundador do olimpismo moderno: “A visão de um país desportivo alcança-se quando a maioria da sua população sente que o desporto é uma necessidade pessoal”. O mesmo é dizer que essa visão também se alcança para um território quando os seus munícipes entendem que a prática do desporto e da atividade física é uma necessidade pessoal da qual não podem prescindir e, por isso o nosso Plano Estratégico para o Desenvolvimento e Inovação no Desporto e na Atividade Física definimos como grande meta ser

a população fisicamente mais ativa em Portugal e folgo em saber que estamos alinhados com aquilo que os melhores de nós e a quem mais devemos no desporto em Portugal pensam, o que é muito positivo, alguma coisa estamos a fazer bem.-----

-----Foi distribuído aos Senhores Vereadores o memorando e relatório anexo relativo ao Programa de Oficina Coral, que está em desenvolvimento nas escolas do nosso Concelho desde dois mil e dezoito, é um programa único no nosso País, não existe em nenhum outro concelho a não ser na região da Madeira e que tem sido um sucesso extraordinário todas as crianças do primeiro ciclo têm educação musical de qualidade nas suas escolas.”-----

12- INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

-----“O Senhor Vereador Pedro Patacho acabou de se referir a uma coisa que eu vou referir-me também e não é a primeira vez que digo aqui que temos obrigação de homenagear os nossos melhores. -----

-----Estou-me a referir ao Professor José Manuel Constantino, com quem também tive o prazer de trabalhar e privar. -----

-----Para além de Presidente do Comité Olímpico de Portugal, foi funcionário e dirigente de uma série de áreas deste Município e é um dos nossos melhores. -----

-----Queria propor à Câmara que se aprovasse e que muito rapidamente se enviasse um voto de felicitações ao Professor José Manuel Constantino, pelo Doutoramento Honoris Causa que lhe foi atribuído hoje com a imposição de insígnias pelo magnífico Reitor da Universidade de Lisboa. - -----

-----O Professor devido à sua condição de saúde saiu de uma cama de hospital para ir à Faculdade de Motricidade receber esta distinção e regressou a uma cama de hospital e é em vida que se homenageiam as pessoas e tenho a certeza que muito gostaria de receber as nossas



Câmara Municipal
de Oeiras

felicitações coletivas. -----

----- - Estive presente pelo seu especial simbolismo na exposição Oeiras na Jornada Mundial da Juventude e o almoço dos voluntários. Foi marcante o sentimento que estava presente, eu não participei no dia a dia da Jornada, mas para quem participou via-se nos olhos a emoção. --- -----

----- - Uma cerimónia que, apesar de se repetir todos os anos não deixa de ter o seu imaginário, o Natal, as luzes de Natal e o São Martinho e a alegria da população, porque esta festa do São Martinho em Oeiras, marca também o início da época natalícia, do advento, para nós é especialmente importante. -----

----- - Sobre a pergunta da Senhora Vereadora Carla Castelo do concurso da Estação Rádio Naval, gostaria de convidar a Senhora Vereadora, no dia catorze vai ser apresentada a intenção para a Estação Rádio Naval. -----

----- É um programa desenvolvido pelo IRHU, pelo Estado diretamente, uma aposta forte da Senhora Ministra da Habitação insere-se no Programa Mais Habitação e é um programa desenvolvido diretamente pelo IRHU para renda acessível, naturalmente há a cedência de alguns terrenos para equipamentos que vão ser desenvolvidos pela Câmara Municipal, mas com mais detalhe e muito mais ilustrado e com imagens eu convidava a Senhora Vereadora para dia no dia catorze de dezembro será feita esta apresentação pública pela Senhora Ministra da Habitação, com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Presidente da Administração do IRHU.” ----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Começo por falar do São Martinho e gosto sempre de dar números, quem não vai e não percebe o sucesso, eles estão aqui, foram cerca de cinquenta e cinco mil pessoas que estiveram tanto em Oeiras como em Algés, dez toneladas de castanhas, doze horas a assar consecutivamente e mais interessante ainda é uma perninha para a área do Vereador Pedro

Patacho, em Algés, houve novecentos e catorze livros distribuídos e é muito interessante perceber como é que estas iniciativas se podem interligar, porque efetivamente isto não é estanque e ainda bem que não é.-----

----- - No dia do Enoturismo, as visitas esgotaram, mais uma vez, e eram pagas e as pessoas esgotaram logo assim que abrimos as inscrições.-----

-----Tivemos também nesse dia o final do Bartender do ano.-----

-----Este final do Bartender foi um rapaz de um hotel do Porto, o Pedro Duarte, do “Wine Books”, que levou consigo o primeiro prémio e este prémio, numa das provas, eles tinham de fazer o “cocktail” com Vila Oeiras e é assim que nós vamos cada vez mais levar para bem longe este nosso património imaterial.-----

----- - No dia dezoito, teve lugar o Nobre Gosto, e estiveram cerca de dois mil e trezentos visitantes, setecentos e vinte copos vendidos e mais duzentos oferecidos. As “MasterClass” estiveram todas cheias, dezoito produtores de vinho e setenta e sete visitas à nossa Adega, efetivamente, como disse o Senhor Vereador Armando Soares é o nosso Vila Oeiras a convidar todos os generosos e nós gostamos de bem receber, certamente que é para mantermos esta iniciativa, que é tão interessante.-----

-----Estive presente, hoje de manhã, na cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa ao Professor José Manuel Constantino.-----

-----Conheço muito bem, é uma das pessoas que me moldou e que faz parte da minha vida e durante a cerimónia onde eu estive, dos vários intervenientes, ouvi muitas vezes as palavras, Câmara Municipal de Oeiras, e dei por mim a pensar naquilo que nos forja e estou certa que há uma interligação entre onde se está e quem se é.-----

-----Conheço bem o Professor José Manuel Constantino, e sei que muito desta casa se deve a ele, mas muito do que ele é, foi forjado nesta casa, e isto tem de nos orgulhar a todos, mesmo sabendo que nem sempre tudo corre bem e nem sempre estamos a dar o nosso melhor, a



Câmara Municipal
de Oeiras

verdade é que esta casa nas molda, este dia deve-nos orgulhar, porque esta casa somos nós e por quem aqui passou.-----

----- Ele merece sempre a nossa lembrança e a nossa homenagem.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE:-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou as seguintes informações:-----

----- “No dia nove de novembro, estive também com a Vereadora Teresa Bacelar no início da nossa rota das Mercados Solidários, uma parceria que fez todo o sentido não só por aquilo que a Vereadora também disse, mas, pela congregação que conseguimos de esforços, não só das próprias Associações estarem todas juntas, que também não estavam algumas delas habituadas, mas também de chegarmos a outros públicos, que foi o que conseguimos, estando também nos parques empresariais e ainda têm oportunidade, também como disse a Vereadora Teresa Bacelar, de estar amanhã no Lagoas Park.-----

----- - No dia onze, no Mercado de Oeiras, tal como já tinha aqui dado nota, apresentei juntamente com o doutor Gaspar Matos, aquilo que é o livro de histórias de mercado: As Memórias do Mercado, numa sessão em que estiveram presentes o ilustrador e a responsável pelo texto, que tiveram uma agradável sessão, não só de autógrafos, mas também de partilha. ----

----- Nesta sessão esteve também presente o Vereador Pedro Patacho, o Vereador Nuno Neto, que puderam ver, tal como eu, o orgulho no rosto de muitos daqueles comerciantes que, tal como um deles expressou, nunca pensaram ver a sua cara na capa do livro ou que a sua história fosse interessar.-----

----- Muitos deles e a Lisa, que é a autora, falava muito sobre isso, que nas entrevistas diziam que não tinham nada para contar, mas ela respondia que estavam há trinta ou quarenta anos, como é que não tinha nada para contar!-----

----- Ela diz que foi difícil começar a falar com eles, mas que lhes deixou também ali um bichinho desta que é as memórias de mercado e quem puder passar pelo Mercado Oeiras vai ver

as ilustrações que estão no mercado na zona daquilo que nós chamamos a rampa do mercado e tem lá um bocadinho daquilo que é este livro.-----

-----Aquilo que nós queremos que este livro também seja, é deixar o bichinho para que sejam produzidos nos outros mercados. -----

-----Vamos agora começar a trabalhar nesse sentido para que também estas histórias de vida fiquem para o futuro. -----

----- - No dia dezasseis de novembro, estive presente no Dia da Democracia, que nunca é demais salientar e todos nós temos aqui falado da importância que este evento tem tido nas escolas por onde tem passado. -----

-----Acho que é um evento que tem elevado a forma de fazer chegar a política às escolas. Acho que, finalmente, as próprias escolas estão a ver a forma de ter agentes políticos no interior das escolas, com uma forma saudável, sem medos, que muitas vezes têm e eu como ex-dirigente de uma juventude partidária, bem sei as dificuldades que tive em alguns momentos com Diretores de escola, mas acho que este evento com todas as forças políticas faz com que eles deixem de ter esse receio de ser mais ou menos partidário. -----

-----É muito importante que este projeto continue e que tenha uma sequência de futuro. Eu diria que até é possível que o vejamos a ser repetido em outros sítios. -----

----- - No dia dezassete, realizou-se a primeira edição, espero eu que a primeira de muitas, do evento “Cinema À Tavola”, com o filme “Pranzo di Ferragosto”, é um cinema organizado em parceria com a Câmara de Comércio Italiana, foi aqui uma junção de celebração da cultura italiana com o cinema. Este evento esteve inserido naquilo que é um evento internacional promovido também pela Embaixada de Itália, em Lisboa e numa iniciativa mundial que é também abraçada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália, que visa promover as tradições alimentares e vinícolas italianas, naquilo que é a semana da cozinha italiana pelo mundo, o que é basicamente em todos os pontos do mundo onde existe embaixada italiana eles



Câmara Municipal
de Oeiras

fazem na mesma semana eventos de cozinha italiana e o Mercado de Oeiras teve oportunidade de estar também inserido, tendo recebido a presença do adido comercial da Embaixada, da Diretora da Câmara do Comércio, que estiveram neste evento.-----

----- Foi possível uma degustação de comida italiana promovida pela Loja de Massas da Avó, situada no Mercado de Oeiras, pela Chefe Sabino, que, para além de nos dar a degustação também depois com mais dois parceiros, que eram dois clientes, conseguiram construir aquilo que foi uma exibição de um filme italiano e demonstrar um pouco o que era a cultura italiana.----

----- Foi também uma noite de risos e de cinema no Mercado. -----

----- - No dia dezoito desmontámos e montámos tudo muito a correr e aqui dar uma nota, porque acho que também tenho que o fazer, aos Serviços dos mercados, que têm sido incansáveis. -----

----- Esta foi mais uma prova que é possível e também com muito esforço da parte deles, desmontarem tudo e montarem tudo para preparar um outro evento, que a Vereadora Teresa Bacelar também já referiu, que foi a Literacia em Saúde, uma iniciativa que também estive presente com a Senhora Vereadora e que realmente vale a pena, porque o mercado pode ter tudo e é isso que provamos neste tipo de iniciativas. -----

----- Era o que lhe dizia quando estávamos na inauguração, estou aqui e estou-me a lembrar que ontem à noite estávamos com comida italiana, cinema italiano e a Embaixada e de repente, estamos com Literacia em Saúde. -----

----- Vou deixar um convite para este fim de semana, a segunda edição de Açores e Madeira no Mercado estejam à vontade para participar e para aproveitar também esta gastronomia das nossas ilhas.” -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “No dia dez de novembro, na companhia do Senhor Presidente, teve lugar a visita ao

“SAP Experience Center”, no Lagoas Park, sede da SAP- Portugal, uma multinacional da área tecnológica. -----

----- - No mesmo dia representei a Câmara e o Senhor Presidente nas comemorações do quadragésimo oitavo aniversário do Dia da Independência Nacional da República de Angola, em Lisboa.-----

----- - No dia onze de novembro, estive presente, como já alguns dos Senhores Vereadores referiram, no Magusto que se tornou uma festa referencial no Concelho de Oeiras, com a inauguração das iluminações de Natal, numa data muito significativo para todos nós e Oeiras deve ser a única cidade do mundo que acende as suas luzes de Natal no mesmo dia que Viana, o que faz do Natal e do culto de Natal um momento muito importante. -----

----- - No dia seguinte foi o Magusto já não em Oeiras, mas em Algés, no Parque Anjos. -
-----Curiosa, transformação naquela comunidade, porque tendo começado como um evento muito pequeno em Algés cresceu substancialmente ao ponto do número de livros, referidos pela Senhora Vereadora Carla Rocha.-----

----- - No dia treze de novembro, também estive com o Senhor Presidente na cerimónia comemorativa do centésimo quinto aniversário do Armistício da Grande Guerra, junto ao Monumento dos Combatentes da Grande Guerra, em Oeiras, que homenageia aqueles que tombaram pelo nosso País na sequência da Primeira Guerra Mundial. -----

----- - No dia dezasseis de novembro, fazer minhas as palavras da Senhora Vereadora Susana Duarte, com mais uma edição do quarto dia da democracia, cujo único lamento neste dia, foram os noventa minutos de atraso com que começou, fruto do atraso do convidado que pôs os jovens a esperarem mais tempo do que deviam. -----

----- - No dia dezassete de novembro, estive também presente, representando o Senhor Presidente no primeiro encontro NPISA, organizado pela equipa Senhora Vereadora Teresa Bacelar, e chamo a atenção para uma temática tão importante quanto a dos sem-abrigo, cada vez



Câmara Municipal
de Oeiras

mais complexa na nossa sociedade. -----

----- - No dia dezoito de novembro, em representação do Senhor Presidente, fiz a abertura do Nobre Gosto. O evento para vinhos licorosos e generosos, vinhos fortificados em que o Carcavelos tanto se tem destacado. -----

----- - No dia vinte de novembro, representei a Câmara no Conselho Metropolitano da AML, substancialmente importante, porque fez a aprovação do orçamento da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa para o próximo ano, no momento que se vai tornando cada vez mais denso, pelas dificuldades que os transportes têm revelado em toda a região de Lisboa, os problemas de implementação de Carris Metropolitana desde que o processo se iniciou são para todos os Municípios mais para uns do que para outros e Oeiras continua, como disse o Senhor Presidente, em prazo de dar o benefício da dúvida.”-----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Vice-Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

----- “Gostaria de dizer à Senhora Vereadora Carla Castelo que as suas respostas seriam muito bem vindas no Direito de Oposição, no entanto o Direito de Oposição que o Vice-Presidente tentou marcar nos termos da lei, ficou apenas para esta semana e, por pressão minha, porque o que tinha sido solicitado pelo Evoluir Oeiras era para o dia trinta de novembro, falei com o Senhor Presidente e após muita pressão minha conseguiu-se agendar para sexta-feira, eu queria ter realizado esse Direito de Oposição mais cedo, mas algumas forças políticas tiveram dificuldade de agenda.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Gostaria de saber se esse pedido de reunião de Direito de Oposição é enviado à Vereadora, porque a mim não me chegou nenhum pedido de reunião. -----

----- Sei que foi contactado o Grupo Político, ao nível da Assembleia Municipal, mas a

mim não me enviaram qualquer pedido de reunião no âmbito do Direito de Oposição.”-----

-----Respondeu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Desconhecia totalmente a vossa dificuldade de articulação uns com os outros, compreendo totalmente e no próximo ano terei o cuidado de convocar ambos os órgãos de forma a que Vossas Excelências ultrapassem as vossas dificuldades de articulação.-----

-----Farei como me pedem com toda a bonomia.”-----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Não há qualquer dificuldade de articulação, trabalhamos muito bem em conjunto, o Grupo Evoluir Oeiras trabalha muito bem em conjunto, o que eu disse foi que da Câmara, não me enviaram, a mim, Vereadora, nenhuma informação no sentido de agendar também comigo essa reunião, porque essa reunião foi só pedida aos elementos do Grupo Municipal Evoluir Oeiras, na Assembleia Municipal, era tão só isso.”-----

-----Concluiu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Senhora Vereadora, um detalhe, a reunião não é pedida, a reunião decorre da lei, o Vice-Presidente, decorrendo da lei, marca a reunião, por bonomia do Vice-Presidente tenta articular com a agenda dos grupos políticos, mas a agenda estava tão complicada que estavam a tentar empurrar-me as reuniões para dia trinta de novembro, e, só por força do Senhor Presidente que me disse que tinha que ser eu a marcar, que se conseguiu marcar para esta semana.-----

-----Houve quem tivesse acedido em bom tempo, outros grupos políticos tiveram mais dificuldade em agendar essa reunião, todavia no próximo ano farei, quer com a Câmara, quer com a Assembleia Municipal, por forma a que corra bem.”-----

17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE FELICITAÇÕES AO PROFESSOR JOSÉ MANUEL CONSTANTINO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno



Câmara Municipal
de Oeiras

Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Vereado Nuno Neto**, exarar em ata um voto de felicitações ao Professor José Manuel Constantino, pelo Doutoramento Honoris Causa que lhe foi atribuído hoje com a imposição de insígnias pelo magnífico reitor da Universidade de Lisboa. -----

----- Este voto de felicitações dever-lhe-á ser transmitido. -----

18 - RELATÓRIO DE ANÁLISE AOS RESULTADOS DA CANDIDATURA ECO XXI - EDIÇÃO 2023:-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

----- “Está aqui a equipa do Gabinete da Inteligência Territorial, a engenheira Tânia Marques e a doutora Cristina André que irão fazer um breve enquadramento do Relatório de Análise aos Resultados da Candidatura ECOXXI - Bandeira Verde.” -----

----- A **engenheira Tânia Marques** disse o seguinte: -----

----- “Na sequência da apresentação na reunião anterior dos resultados da candidatura do Município à Bandeira Verde e ao Galardão ECOXXI, viemos entregar o relatório da análise dos mesmos resultados, o qual fica inserido no Salão Nobre Digital, em que fizemos uma análise detalhada aos vinte indicadores e setenta subindicadores nos quais o Município foi avaliado, entregámos evidências que foram avaliadas por uma Comissão constituída por cinquenta elementos que representam trinta e três instituições e fizemos uma análise a nível nacional, qual foi onde Oeiras se tinha destacado, que foi em doze indicadores: educação ambiental; sustentabilidade das zonas balneares; cidadania, governância e participação; cooperação com a sociedade civil; alterações climáticas; saúde e bem estar; qualidade do ar; qualidade do ambiente sonoro; qualidade dos serviços da água; gestão dos resíduos; energia e agricultura.-----

----- Analisámos todos os indicadores, verificámos quais eram os nossos pontos fortes e analisámos propostas de melhoria para a próxima candidatura e para pormos à consideração dos Serviços.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Quero agradecer à equipa do Gabinete de Inteligência Territorial todo o trabalho que está a ser feito e todas as propostas que põem em cima da mesa para que possamos melhorar os nossos resultados.-----

-----Este relatório será entregue ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente e posteriormente será entregue aos Senhores Vereadores.”-----

19 - PROPOSTA Nº. 967/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO PARA APOIO AO PROJETO ESCOLAR DE ATIVIDADES NÁUTICAS DE OEIRAS - ANO LETIVO 2023/2024:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de mil e quinhentos euros, ao Agrupamento de Escolas de São Bruno, para apoio à manutenção e continuidade das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Escolar de Atividades Náuticas de Oeiras - Ano letivo dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. -----

-----A designação da Técnica Superior da Divisão de Desporto, Nádía Rosa, como gestora do contrato.-----

-----Nos termos das alíneas d) e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo vigésimo oitavo, da Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,



Câmara Municipal
de Oeiras

regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois junho. ---

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

20 - PROPOSTA Nº. 968/23 – DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “O CICLISMO VAI À ESCOLA” NAS ESCOLAS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

----- “Uma nota prévia para chamar a atenção para que no ponto IV - Proposta, desta proposta, quanto a nós, deveria indicar a quem é atribuído o financiamento.-----

----- A proposta refere:-----

----- “... a) A aprovação da atribuição de uma comparticipação financeira no valor de trinta e um mil setecentos e oitenta euros, para a implementação de um Programa de Ciclismo nas escolas do 1º ciclo do concelho de Oeiras...”.-----

----- E deveria dizer;-----

----- “... a) A aprovação da atribuição de uma comparticipação financeira à Federação Portuguesa de Cicloturismo, no valor de trinta e um mil setecentos e oitenta euros...”-----

----- Relativamente à proposta em si, o Grupo Político Evoluir Oeiras e eu própria saudamos a iniciativa de promover a mobilidade ciclável a partir das escolas do Concelho e junto dos alunos, da população mais jovem, mas lamentamos e temos dificuldade em perceber o fundamento de atribuir este financiamento a uma federação desportiva, quando já houve iniciativas de base local, promovidas a partir da escola com custos até mais reduzidos que foram num primeiro momento ignoradas e depois recusadas.-----

----- A informação que temos é esta e falamos, por exemplo, da iniciativa da Associação de Pais da EB Um Armando Guerreiro, que tem já um historial de promoção da mobilidade

ciclável entre os alunos.-----

-----De qualquer forma é um programa muito importante em linha com o que outras autarquias têm implementado, preocupa-nos a inconsistência de políticas num Concelho onde é realmente difícil depois passar à prática, porque não temos uma rede integrada de ciclovias. Temos sim uma série de ciclovias descontínuas, não ajustadas a baixas velocidades, designadamente as ruas em frente às escolas, muitas vezes estão um caos de carros, com carros parados em segunda fila, etc., da importância também das propostas que aqui já dei nota que enviámos no âmbito das Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e quatro, nomeadamente a concretização do projeto, mesmo que seja só um projeto-piloto, das ruas escolares seguras e também de um programa de comboios de bicicletas.” -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu o seguinte: -----

-----“Queria dizer que esta proposta acontece na sequência de experiências anteriores que já aconteceram no nosso Concelho em várias escolas, na altura em parceria com a entidade organizadora do “World Bike Tour”, que juntamente com a Divisão de Desporto trabalhou no sentido de fazer chegar conjuntos de bicicletas e de equipamentos a várias escolas do nosso Concelho, cujas coordenações e cujos professores manifestaram vontade de receber esse projeto nas suas escolas e, nessa altura, foram fornecidas bicicletas, foi fornecido equipamento e foi garantido o enquadramento técnico para uma primeira experiência de ensinar a pedalar em contexto escolar, foi uma experiência muito enriquecedora, porque a comunidade escolar gostou, mas também foi uma aprendizagem para os próprios Serviços, porque tomámos boa consciência de dificuldades operacionais e logísticas que se levantam na implementação do projeto, designadamente duas, que são muito importantes, a guarda das bicicletas em contexto escolar em condições de segurança e protegidas das adversidades climatéricas e a questão da manutenção regular dessas bicicletas.-----

-----A análise dessas dificuldades, bem como a reflexão conjunta com os agrupamentos



Câmara Municipal
de Oeiras

de escolas sobre o próprio projeto levou-nos a uma suspensão temporária de uma época desportiva e agora o que se pretende com esta proposta de deliberação é retomar esse projeto desta vez com uma federação desportiva, credenciada na modalidade e que tem um Projeto Nacional de Ciclismo Escolar e que se enquadra na Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável e por isso julgamos que não poderia haver melhor parceiro para dar continuidade àquela primeira experiência. -----

----- O objetivo será envolver também as Associações de Pais e Encarregados de Educação nas Escolas, nós queremos retomar o contacto com as escolas que já tinham recebido o projeto e na medida do possível e da vontade da comunidade escolar de o receber, alargar o projeto a outras escolas. -----

----- Dizer à Senhora Vereadora, porque eu não compreendo aquilo que diz, se diz é porque alguém lhe disse e porque teve essa conversa, naturalmente, eu não me revejo naquilo que foi dito, só pode existir algum equívoco, não me recordo de ter recusado alguma iniciativa de alguma escola que quisesse desenvolver projetos de mobilidade ciclável com a sua comunidade escolar, a Câmara Municipal está disponível para apoiar essas comunidades escolares, está disponível para apoiar esses projetos. -----

----- Agora também é importante perceber que se temos um programa e um plano municipal, é muito importante que os parceiros, as escolas, as associações de pais se enquadrem, se envolvam nesse projeto e que também não entremos numa situação em que cada um faz o quer, como quer e quando quer. -----

----- O desafio aqui julgo que é congregar as vontades e concentrarmos energias para com todos os parceiros que quiserem colaborar, conseguirmos ir o mais longe possível nesta ideia de desenvolver o aprender a pedalar e a mobilidade escolar. -----

----- Este projeto escolar da Federação Portuguesa de Ciclismo não nasceu do nada, nasceu porque a dada altura, a Federação participou num estudo nacional, à escala do País, no

qual chegou à conclusão que a população escolar com idade compreendida entre os seis e os dez anos, mais de metade, sessenta e um por cento não sabia pedalar. -----

-----Tomou-se consciência da urgência de envolver gerações mais novas na mobilidade ciclável, não só para não se perder desportivamente a modalidade, mas também por aquilo que é a Estratégia Nacional de Mobilidade Ativa e é aí que se enquadra esta atividade.-----

-----Senhora Vereadora não conheço, não me recordo, mas a Escola Básica Armando Guerreiro é bem-vinda ao projeto e toda a vontade de colaborar, quer com a escola, quer com a Associação de Pais, neste esforço, que tem que ser um esforço coletivo de todos para promover modos de mobilidade ativos.-----

-----Esta proposta está agarrada a esse histórico dessa primeira experiência, mas enquadra-se em algo mais vasto, como a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, todos sabem e os Senhores Dirigentes da Câmara, foi apresentado recentemente o Plano de Mobilidade Sustentável de Oeiras, dentro desse plano há um subplano de mobilidade escolar sustentável e, no âmbito desse Plano de Mobilidade Sustentável foi elaborada uma candidatura do Município de Oeiras a financiamento de um programa que estava aberto para realização de um estudo sobre a mobilidade escolar sustentável, essa candidatura foi aprovada, está em curso esse estudo com um parceiro dessa candidatura e com vários agrupamentos de escolas do nosso Concelho e perspectiva-se para muito breve o arranque, uma vez concluído o estudo, de um projeto piloto, que tem que ser desenvolvido em parceria com a comunidade escolar, com as associações de pais, com os profissionais escolares, as direções dos agrupamentos e as coordenações da escola para iniciarmos as primeiras experiências de corredores cicláveis de acesso às escolas.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte: -----

-----“Gostaria de saudar este programa. -----

-----O Partido Socialista fez para o âmbito das GOP dois mil e vinte e quatro uma proposta, que entregou ao Senhor Presidente, precisamente neste sentido da criação de um



Câmara Municipal
de Oeiras

programa de ciclismo para o ensino básico.-----

----- O que nós apresentámos também incluía o pré-escolar, por isso, revemo-nos e saudamos esta proposta que vai de acordo com aquilo que também era a nossa pretensão para o Município de Oeiras.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** de novo no uso da palavra disse o seguinte:-----

----- “É para acrescentar uma coisa que é muito importante dizer a todos, que temos responsabilidades políticas, que temos ideias para o desenvolvimento de projetos, queremos vê-los implementados na comunidade e que fazemos propostas, mas é muito importante ter sempre em consideração que as escolas não são depósitos de projetos de iniciativa municipal que lá queremos pôr dentro. -----

----- Quando estão motivadas para serem nossos parceiros e querem colaborar connosco e desenvolver os projetos connosco, é encantador, é extraordinário e a nossa disponibilidade, minha como de qualquer outro Vereador, é total para colaborar, mas as escolas são entidades dotadas de autonomia, que têm os seus planos de atividade anuais, de atividades próprias, têm os seus projetos educativos próprios, têm os seus órgãos de decisão próprios e podem, livremente, por razões várias que, às vezes nem tem que ver com o mérito do projeto, mas tem que ver com outras coisas, com a sua agenda, com a sobrecarga de atividades, podem não estar interessadas a envolver-se em determinado projeto, em determinado momento e por determinadas razões e, portanto, isso é uma coisa que temos que respeitar e, portanto, informar as escolas, sim, convidar as escolas, sim, mas respeitar a autonomia de decisão dos órgãos escolares de participar ou não.”

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de trinta e um mil setecentos e oitenta euros, à Federação

Portuguesa de Ciclismo, para a implementação de um Programa de Ciclismo nas escolas do Primeiro Ciclo do Concelho de Oeiras.-----

-----A minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com vista à concretização do apoio em questão.-----

-----A designação da Técnica Superior da Divisão de Desporto, Nádía Rosa, como gestora do contrato.-----

-----Nos termos nas alíneas d), e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e nas alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro, nos artigos quinto, número dois, décimo quarto e quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo.-----

-----Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro, no âmbito do artigo segundo e alínea c), do número um, do artigo terceiro.-----

-----Na Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, números um e dois, do artigo segundo, do número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto e do número um, do artigo nono.-----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, alínea c), do número quatro, do artigo quinto.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Lei número oitenta e nove, de dois e dezassete, de vinte um de agosto, conjugado com o Decreto-Lei número vinte e dois-A, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março.-----

21 - PROPOSTA Nº. 969/23 - DGALU - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS EM LINDA-A-VELHA:

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

----- “Tenho aqui algumas questões. -----

----- Gostaria de saber em primeiro lugar se há uma lista de nomes sugeridos para as ruas do Concelho. -----

----- Em segundo lugar se estes dois nomes constavam dessa lista e o porquê da atribuição destes dois nomes, porque nenhum deles está devidamente explicado na proposta. -----

----- Mas, se o nome do Padre Manuel Martins nos parece compreensível e merece a nossa concordância, ainda que a proposta devesse explicá-lo melhor e não dizer só que tinha sido uma sugestão, dada por alguém. Não se explica quem é, não diz mais nada, portanto, como dizia se o nome do Padre Manuel Martins merece a nossa concordância por ser realmente alguém que teve um trabalho relevante na comunidade e é reconhecido esse trabalho junto da população católica da Freguesia, já o nome de Manuel Policarpo, antigo Patriarca de Lisboa não compreendemos e gostaríamos de perceber precisamente porque é que ele foi escolhido. -----

----- Nós pensamos que a toponímia, quando usa nomes próprios, nomes de pessoas, deve ter uma ligação ao território e procurar realmente que sejam pessoas reconhecidas na comunidade. -----

----- Quando estamos quase a comemorar os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril seria importante dar o nome de um ou de uma resistente antifascista ou de alguém que tenha um trabalho em defesa da liberdade e um trabalho reconhecido em Linda-a-Velha. -----

----- Ora, o que propomos é que em vez de Manuel Policarpo, sugerimos que seja dado o nome do Comandante Rui Montês, nasceu em mil novecentos e trinta e dois e faleceu em dois mil e doze, que foi um militar que participou nas reuniões de preparação do Vinte e Cinco de

Abril, viveu na Rua Engenheiro Frederico Ulrich, dezanove, em Linda-a-Velha, como responsável da logística da Marinha teve iniciativa de acabar com as refeições diferenciadas para oficiais, sargentos e praças, portanto, é um homem de cultura, um homem que também tinha muito interesse pela filosofia, veio a exercer funções como Diretor-Geral de Informação no Ministério da Comunicação Social quando foi liderado por Correia Jesuíno a partir do terceiro Governo provisório pós Vinte e Cinco de Abril e desempenhou funções de Professor no Instituto de Altos Estudos Militares e também foi Diretor do Museu da Marinha. -----

-----Eu poderei enviar uma nota biográfica mais detalhada, mas as nossas questões são precisamente estas: -----

----- - Há uma lista? -----

----- - Estes nomes estavam na lista? -----

----- - Porquê o nome de Manuel Policarpo? -----

----- - Podemos colocar aqui o nome de uma pessoa com esta ligação a Linda-a-Velha.”--

-----O **Senhor Vice-Presidente** respondeu o seguinte: -----

-----“Não. -----

-----Senhora Vereadora a sua sugestão é aceite e o nome será junto às listagens dos nomes que nós já temos. -----

-----Neste caso concreto, esta é a proposta. -----

-----O Município de Oeiras já aprovou uma série de topónimos referentes ao Vinte e Cinco de Abril para Porto Salvo, que foram aprovados já há algum tempo, não obstante, eu não sei se o nome que sugeriu não está na toponímia do Concelho, mas poderá ser avaliado como todas as outras pessoas de valor que residem no Concelho de Oeiras. -----

-----Quanto à escolha do Senhor Dom José Manuel Policarpo, eu creio, salvo melhor opinião, que é autoevidente. -----

-----O Senhor Dom José Manuel Policarpo foi um cardeal da maior importância, quer



Câmara Municipal
de Oeiras

para a Igreja portuguesa, quer para a sociedade portuguesa, com uma ligação estreita não apenas com o Concelho de Oeiras, mas com todos os territórios do País. -----

----- Dom José Manuel Policarpo foi um homem de diálogo, extraordinário na aproximação, por exemplo, com os Movimentos de Libertação Nacional, pós-independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. -----

----- Um homem que conseguiu pôr muita gente a falar uns com os outros, um homem que, aquando da sua passagem na Universidade Católica Portuguesa desenvolveu um trabalho de paz e de comunicação absolutamente extraordinário, portanto, o nome do Dom José Manuel Policarpo é um nome autoevidente. -----

----- Pensava que não pudesse obter nenhuma contestação, tal o valor do anterior cardeal para a comunidade portuguesa em geral, não tanto pelo seu valor enquanto cardeal, mas como homem de paz, homem de cultura, um homem com um trabalho tremendo ao nível de aproximação de partes distintas e na formação sucessiva de imensas gerações portuguesas, portanto, eu creio que é um nome autoevidente. -----

----- A proposta que nos traz é muito bem-vinda que nos traga, mas não vamos retirar um nome já sugerido para colocar outro, particularmente em cima do joelho. -----

----- É aceite a proposta para ficar na listagem dos nomes.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

----- “Não cheguei a perceber se este nome estava na lista do Concelho. -----

----- O nome de José Manuel Policarpo estava na lista?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

----- “Não sei de cor, é provável que esteja, não sei se já está atribuído, não sei se está para atribuir, mas, como propôs enviar a nota biográfica e o currículo, é bem aceite e será junto à listagem de nomes a atribuir.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

-----“Aquilo que eu perguntei não foi se o nome que sugerimos estava na lista, aquilo que eu perguntei foi se o nome do anterior cardeal estava na lista, essa era a minha dúvida.” -----

-----Respondendo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Suponho que sim, não sei dizer de cor, mas pela importância do Dom José Manuel Policarpo na sociedade portuguesa objetivamente que sim.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição das seguintes denominações:-----

-----Que ao arruamento com início na Rua dos Lusíadas e fim na Avenida Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro, seja atribuída a seguinte designação: -----

-----Rua Dom José Policarpo - Cardeal Patriarca (mil novecentos e trinta e seis-dois mil e catorze). --- -----

-----Que ao arruamento com início na Rua dos Lusíadas e fim na Avenida Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro, seja atribuída a seguinte designação: -----

-----Rua Padre Manuel Martins. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ss) e alínea tt), da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

22 - PROPOSTA N.º 970/23 - DGO - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2024:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o calendário das reuniões ordinárias da



Câmara Municipal
de Oeiras

Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

----- Janeiro - dez - vinte e quatro - Pública;-----

----- Fevereiro - sete - vinte e um - Pública; -----

----- Março - seis - vinte - Pública;-----

----- Abril - três - dezassete - Pública; -----

----- Maio - oito - vinte e dois - Pública; -----

----- Junho - cinco - dezanove - Pública; -----

----- Julho - três - dezassete - trinta e um - Pública; -----

----- Agosto (*);-----

----- Setembro - onze - vinte e cinco - Pública; -----

----- Outubro - nove - vinte e três - Pública;-----

----- Novembro - seis - vinte - Pública;-----

----- Dezembro - quatro - dezoito - Pública. -----

----- Calendarizou-se como “pública” a última reunião de cada mês.-----

----- Todas as reuniões terão início pelas quinze horas. Eventuais alterações, cumprirão o previsto no número quatro, do artigo quadragésimo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- (*) Para o mês de agosto, como é habitual, não foram previstas reuniões. -----

----- Nos termos dos artigos quadragésimo, números um e dois e quadragésimo nono, número dois, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Após a votação saiu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**. -----

23 - PROPOSTA N.º 971/23 - GMA - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, RELATIVO A 2022: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte:-----

-----“É de saudar as melhorias registadas relativamente ao ano anterior, por exemplo, na percentagem de medidas totalmente implementadas, mas não podemos deixar de salientar o aumento que é extremamente significativo das medidas por implementar, registado em dois mil e vinte e dois, com vinte e sete medidas por implementar, um aumento de cento e setenta por cento face a dois mil e vinte e um.-----

-----É também de particular relevância tentarmos nos três principais motivos dados no próprio relatório para este aumento, a saber, escassez de recursos humanos, necessidade de desenvolvimentos informáticos e necessidade de formação.-----

-----Ainda mais relevante se tivermos em conta as declarações recentes do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de que não havia no Município escassez de recursos humanos, o que, como vemos, não corresponde à verdade.-----

-----No Gabinete Municipal de Auditoria temos riscos de grau elevado de ameaça na capacidade operativa, que é reduzida para o desenvolvimento da missão do Gabinete e na promoção da ética, integridade e transparência, registando-se o incumprimento do regime geral de prevenção da corrupção.-----

-----É importante saber por que é que a revisão da norma de controlo interno para adequá-la ao disposto no regime geral de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção, está por implementar, a revisão do plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações anexas para adequá-los ao regime geral de prevenção da corrupção também está por implementar e a revisão do Código de Ética e de Conduta para adequá-lo ao disposto no regime geral de prevenção da corrupção também estava neste relatório apenas a quinze por cento da sua implementação.-----

-----No Gabinete de Inteligência Territorial e no funcionamento de outras de divisões e unidades da Câmara verificavam-se riscos com muito elevado grau de ameaça, sobretudo, devido a falta de recursos humanos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Poderia aqui detalhar vários deles. -----

----- Os Senhores Vereadores também terão lido e para nós é importante notar este desgaste de equipas, por exemplo, que se encontram no atendimento ao público com um grau de ameaça muito elevado, falta de resposta aos pedidos e às ocorrências submetidas pelos munícipes, entre outras situações que são descritas no relatório. -----

----- Mas o que nos parece grave é querer-se aprovar um relatório em que se aguardam ainda contributos de duas unidades orgânicas para se proceder à validação e harmonização de toda a informação, tendo em vista a consolidação final do documento. -----

----- Querer aprovar um relatório com estas falhas, quanto a nós, merece atenção.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

----- “Julgo que a questão que a Vereadora levantou agora no final, foi sanada, pelo que eu vi do documento já tinha todos, mas os Serviços haverão de responder. -----

----- Eu gostava de dar nota que a nova apresentação facilita a análise, para quem vai fazer a análise e a leitura do mesmo, facilita bastante. -----

----- Saudamos o esforço de melhoria dos indicadores, nomeadamente a diminuição de quarenta e seis por cento de riscos de grau máximo ou elevado assim como o grau de implementação de medidas, tendo oitenta e dois por cento de medidas adotadas. -----

----- Aqui também acompanhamos aquilo que foram as recomendações do relatório, apesar de compreendermos que no dia a dia dos Serviços, algumas delas têm uma execução difícil, tendo em conta também aquilo que está presente no relatório, como a escassez de recursos humanos, a necessidade de desenvolvimentos informáticos que requerem algum tempo para serem implementados e, por isso, darmos nota deste esforço que também se percebe de melhoria de um relatório para o outro e esperar que dois mil e vinte e três ainda possa ser melhor.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** indagou o seguinte: -----

----- “Os Serviços querem dizer alguma coisa?” -----

-----A **doutora Cristina Ferreira** disse o seguinte: -----

-----“Nós no relatório aproveitamos para dar conta do processo de revisão do plano que é algo distinto do relatório. -----

-----No relatório, de facto, nós tivemos dificuldade em conseguir ter todos os contributos dos Serviços, mas o relatório plasma todos os contributos. -----

-----No que diz respeito à revisão é que ainda nos faltam de duas unidades orgânicas o plano e, por isso é que o plano não foi presente a esta Câmara.” -----

-----A **doutora Paula Saraiva** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Vereadora Carla Castelo peço desculpa por há uns meses ter assumido que a Norma de Controlo Interno viria até ao fim do ano. -----

-----Não vem.-----

-----Está pronta, está o Senhor Diretor de Departamento Financeiro a olhar para ela, tivemos que reduzir muito essa Norma de Controlo Interno e penso que poderá vir no início do ano, no primeiro trimestre, no máximo, aliás, o compromisso do Gabinete Municipal de Auditoria é apresentar o Programa de Cumprimento Normativo. -----

-----O que é o Programa de Cumprimento Normativo?-----

-----É um conjunto de documentos que nós achamos que são básicos para controlo interno da corrupção. -----

-----São: -----

----- - o primeiro documento é o Código de Ética que já temos e queremos afinar ao abrigo e à luz dos novos normativos do regime da prevenção da corrupção; -----

----- - o segundo documento é a Norma de Controlo Interno que é difícil, porque temos aqui diferenças também de olhar e de conceitos da norma, ela neste momento está feita, mas é preciso secá-la, porque há muita coisa que é cópia da lei e andamos assim para a frente e para trás naquilo que nos parece o equilíbrio da Norma de Controlo Interno; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - o terceiro documento é este Plano que está a ser revisto anualmente. -----

----- Em relação à apresentação a doutora Cristina Ferreira está a fazer um esforço para simplificar e tornar mais clara e mais objetiva, mas estamos a pensar e temos ideias já sobre uma revisão desta metodologia, com os recursos que temos, que são duas pessoas, é uma jurista e uma contabilista, a doutora Cristina Ferreira e a doutora Patrícia Gonçalves, mas uma das alterações de metodologia é o próprio Gabinete Municipal de Auditoria pedir mais influência e orientação nas escolha das ações da identificação dos riscos e das medidas mitigadoras. -----

----- Neste momento, como se percebe e é dito, cabe aos Serviços identificarem os seus riscos e no fundo, este relatório corresponde a uma compilação e um tratamento de todos eles, por isso temos que ter mais orientação e mais influência também na identificação dos riscos e nas medidas mitigadoras. -----

----- O Gabinete não vai querer impor, mas em alguns casos vai ter que impor e orientar os Serviços naquilo que são os riscos que eles próprios, muitas vezes, porque não têm o distanciamento devido, ou porque não querem identificar, acabam por não identificar neste documento. -----

----- Aproveito para pedir desculpas à Senhora Vereadora, prometi que apresentávamos a Norma de Controlo Interno até ao fim do ano, o nosso compromisso é de apresentar no primeiro trimestre, com os recursos que tem o Gabinete, sendo que a Norma de Controlo Interno são documentos também em que outros Serviços, designadamente os da DMAG e o Departamento de Finanças estão a contribuir para cumprir os prazos.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada doutora Paula Saraiva pelo esclarecimento, mas não tem de pedir a mim nenhuma desculpa, porque não é isso que está em causa, aliás, eu saúdo a forma como o Gabinete, dada a exiguidade dos recursos humanos, e isso está explanado no próprio documento, todo o esforço feito e as melhorias alcançadas, nomeadamente a forma como o próprio relatório

tem uma leitura de alguma forma mais amigável. -----

-----Agora, uma coisa é aquilo que é o trabalho do Gabinete Municipal de Auditoria e a forma como saudamos o trabalho e empenho dos Serviços na feitura deste relatório e outra coisa é aquilo que é a responsabilidade do Executivo, no que diz respeito a não dotar os Serviços dos recursos humanos que são essenciais. -----

-----Nós não confundimos os planos e esperamos também que os próprios Serviços nunca confundam os planos quando nós votamos contra, quando nos abstermos ou fazemos as nossas críticas, esta crítica tem a ver com aquilo que consideramos que é uma responsabilidade do próprio Executivo em não dotar os Serviços de meios para fazerem melhor e para que esses riscos sejam o mais mitigados possível. -----

-----Sabemos que nunca conseguiremos eliminar estes riscos, mas, pelo menos reduzi-los à sua expressão mínima.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** solicitou: -----

-----“Senhora Diretora Municipal doutora Paula Saraiva uma vez que vai usar da palavra por favor, informe o Executivo quem é o assessor jurídico do Vice-Presidente.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** referiu:-----

-----“Não conheço Senhor Vice-Presidente.”-----

-----Volvendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Há algum tempo.”-----

-----Volvendo a **doutora Paula Saraiva**: -----

-----“Sim, e farto de me pedir um assessor jurídico.” -----

-----Acrescentando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Senhora Vereadora, portanto, é a realidade, a exiguidade de recursos humanos, não é apenas do Gabinete Municipal de Auditoria é extensível a quase todos os Departamentos da Câmara, todos eles padecem do mesmo mal, os Dirigentes pedem mais recursos humanos, não



Câmara Municipal
de Oeiras

faltarão para o trabalho existente, mas os dirigentes pedem-nos sempre mais. -----

----- Depois há uma coisa que o Executivo municipal também tem que dizer, do ponto de vista da elaboração do relatório não há nenhuma intromissão da nossa parte, aliás, o relatório não me interessa para nada a não ser que seja feito, só me interessa essa parte, que seja feito nos termos da lei, não me interessa em que sentido, não me interessa contribuir para ele, interessa-me que seja feito, de modo totalmente transparente, profissional e decorrente das obrigações legais, é isso que deve ser feito, portanto, é isso que nós procuramos fazer.” -----

----- Salientando a **doutora Paula Saraiva**:-----

----- “Como diz o Senhor Vice-Presidente, de facto, todos nós nos queixamos de exiguidade dos recursos. -----

----- Relativamente ao Gabinete da Auditoria, acabou de sair ontem a doutora Carina que, entretanto, foi afetada à DGF. -----

----- O Gabinete de Auditoria não prende muito as pessoas, não sei porquê, as pessoas até entram para o Gabinete, mas depois acabam por perceber que não gostam tanto, não estão muito motivadas para a atividade do Gabinete e acabam por sair e como há sempre outras unidades orgânicas que também precisam, que foi o caso da DGF que perdeu agora dois financeiros, naturalmente que acedemos e a responsabilidade aqui é minha que a propôs, acedemos a que a doutora Carina fosse para a DGF. -----

----- Há seis meses foi o doutor Ruben que entrou com a doutora Patrícia, passou por estágio e ficou na Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo, também era necessário. -----

----- A própria Chefe de Divisão foi para um programa da União Europeia e compreende-se, não é fácil nem para o Gabinete de Auditoria, nem para o Departamento de Informática, nem para o Departamento de Finanças, nem para o Gabinete do Vice-Presidente, nem para o DGO um jurista que acompanhe as reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, como tivemos há uns anos, nunca mais o apanhámos, ainda no outro dia lhe telefonámos, e ele disse que não, não quer

ser dirigente, nem quer ser assessor do Senhor Vice-Presidente e mora aqui, gosta de ir para Lisboa todos os dias e quer ser técnico, o doutor Nuno da Cunha, que nos fazia uma análise das propostas de deliberação há muitos anos, quinze/dezasseis anos e era aquele perfil que nós precisávamos e perdemo-lo.-----

-----Perdemos todos os dias os melhores perfis e não temos capacidade de retenção, nem temos capacidade de atração.-----

-----É um problema muito grave e é um desgaste diário.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Oeiras, relativo a dois mil e vinte e dois.-----

-----Submeter o referido Relatório ao órgão deliberativo para conhecimento. -----

-----Determinar a sua posterior comunicação ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, à IGF-Autoridade de Auditoria e ao Ministério da Coesão Territorial. -----

-----Determinar a sua disponibilização nas páginas da Intranet e da Internet do Município de Oeiras.-- -----

-----Nos termos dos artigos sexto e décimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e nove-E, de dois mil e vinte um, de nove de dezembro. -----

-----Artigo vigésimo quinto, número dois, alínea a), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

24 - PROPOSTA Nº. 972/23 - DE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ENTIDADE PROJETO FAMÍLIA GLOBAL - ASSOCIAÇÃO PARA A INSERÇÃO SOCIOCULTURAL E PROFISSIONAL DA FAMÍLIA - CRECHE FAMÍLIA GLOBAL: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de apoio financeiro à entidade Projeto Família Global, no valor de quatro mil setecentos e oitenta e quatro euros, destinada a participar as beneficiações realizadas no espaço educativo, Creche Família Global. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e do artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e dos artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte um de agosto. -----

25 - PROPOSTA N.º 973/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE GERONTOMOTRICIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIT SÉNIOR PARA A| ÉPOCA 2023-2024:-----

----- I - Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Armando Soares**, devido a

ausência momentânea. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Já relativo à outra proposta também, mas é só para dar nota que faltam documentos, nomeadamente o RCBE. Nesta proposta falta o RCBE da Faculdade de Motricidade Humana e do Centro de Cultura e Desporto de Oeiras e, também, o registo da Letras e Baloíços. Aliás, não pode estar no nome de uma única pessoa, tratando-se de uma associação.” -----

-----Esclareceu o **doutor Bruno Mouco**: -----

-----“Quando a proposta chegou à DGF para cabimentar, alertámos que faltavam esses documentos. Eu pedi um parecer jurídico à doutora Verónica Maia, do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (GCAJ), que me remeteu, indicando que teria de ficar na proposta de deliberação o efeito suspensivo do ato até à entrega dos documentos. Penso que ficou essa frase na proposta.”-----

-----Concluiu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Senhores Vereadores, nos termos do parecer jurídico da Diretora do GCAJ, a proposta é aprovada com efeito suspensivo, a sua boa execução dependerá da entrega dos documentos e de estarem todos válidos, conforme foi ontem, também, discutido na Assembleia Municipal.” -----

-----III - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participações financeiras às seguintes entidades parceiras no Programa Fit Sénior, pelas atividades desenvolvidas nas suas instalações e apoio às atividades letivas, durante a época dois mil e vinte e três/dois mil e vinte quatro, num montante global de cinquenta e três mil cento e trinta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos: -----

-----Clube Carnaxide Cultura e Desporto - dois mil seiscentos e oitenta e nove euros e



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte cêntimos.-----
----- Associação Humanitária de Bombeiros de Linda-a-Pastora - seiscentos euros. -----
----- Faculdade de Motricidade Humana - três mil e duzentos euros.-----
----- União Recreativa do Dafundo - mil e oitocentos euros.-----
----- Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada - mil e oitocentos euros.-----
----- Centro Comunitário e Paroquial Nossa Senhora das Dores - mil e oitocentos euros. --
----- Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - três mil e seiscentos euros. -----
----- Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés - seiscentos euros. -----
----- Sport Algés e Dafundo - vinte e quatro mil duzentos e onze euros e sessenta
cêntimos. - -----
----- Centro de Cultura e Desporto de Oeiras Quatrocentos e Setenta e Sete Oeiras - nove
mil oitocentos e trinta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos.-----
----- Letras e Baloços - Associação Jovem - três mil euros. -----
----- A designação das Técnicas, Ana Filomena Caramujo Correia Rodrigues e Inês
Robalo Teixeira, da Divisão de Desporto, como gestoras dos contratos. -----
----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f), trigésimo terceiro,
número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro
conjugados com os artigos quinto, número dois e sexto, número dois, alínea b), da Lei número
cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro; -----
----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de
fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,
regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de
junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois junho; ---
----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----
----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo

Tributário e dos artigos cento e noventa e oito e artigo ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte um de agosto, conjugado com o Decreto-Lei número vinte e dois-A, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-- -----

-----Após a votação entraram na sala os **Senhores Vereadores Armando Soares e Ana Filipa Laborinho**.-----

26 - PROPOSTA N.º. 974/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE PORTUGUESA DE MATEMÁTICA PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS XII OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM OEIRAS: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte:-----

-----“Aprovamos este apoio, mas temos duas questões. -----

-----Na informação, não está nenhum despacho, parece-nos que deveria estar o despacho na informação e no trabalho que é solicitado às várias unidades orgânicas aparece referenciado o Gabinete GINOV.-----

-----Para a organização da prova de vinhos Vila Oeiras na Adega do Palácio, cedência do auditório do Templo de Poesia, articulação com o Programa Oeiras Solidária, etc. -----

-----Ora, não existindo na Orgânica da Câmara nenhuma unidade orgânica com o nome GINOV, por que é que o grupo INOV aparece aqui?-----

-----Porque se refere o GINOV e não uma determinada unidade orgânica? -----

-----Na informação aparecem várias unidades orgânicas e o que é que cada unidade orgânica vai fazer.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **doutora Eduarda Oliveira** esclareceu o seguinte:-----

----- “Só para esclarecer, obviamente que não é o GINOV, é o PDVO, que é o Grupo de Acompanhamento do Vinho, que depende diretamente do GINOV e às vezes faz-se essa confusão e remete-se, porque não é uma unidade que está expressa na orgânica, depende diretamente da Vereadora Joana Baptista, é informal e terá sido referenciado esse lapso.” -----

----- Acrescentou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Mas se calhar, o que é preferível, em vez de pôr GINOV, pôr gabinete da Vereadora.” -----

----- Voltando a **doutora Eduarda Oliveira**: -----

----- “Não se pode pôr o nome do Gabinete da Senhora Vereadora Joana Baptista, porque é informal, mas pode-se pôr o nome do Grupo de Trabalho do Vinho Vila Oeiras, porque estão a pedir apoio do Vinho de Carcavelos, é por causa do vinho.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** acrescentou:-----

----- “Se Vossas Excelências concordarem, consideramos que é um “lapsus kalani” e passa a estar Gabinete de Acompanhamento do Vinho de Carcavelos. -----

----- Vamos considerar que é isso que está escrito e corrigir nos documentos.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** salientou o seguinte: -----

----- “Só para esclarecer que esta proposta vem aqui depois de eu ter analisado a informação que o Serviço me propôs e de a ter despachado favoravelmente, sucede que não consta o despacho com assinatura eletrónica na informação, porque está na distribuição do sistema interno do “Edoclink”.-----

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

----- “Porque realmente acedemos à informação e tem a parte do despacho em branco.”---

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa

Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no valor de dezanove mil trezentos e vinte e um euros, à Sociedade Portuguesa de Matemática, para apoio ao alojamento dos participantes nas décimas segundas Olimpíadas de Matemática da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Oeiras. -----

-----Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta três, de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e seis de outubro. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Lei número sessenta e quatro de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

27 - PROPOSTA N.º 975/23 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS INSTITUIÇÕES DA REDE SOLIDÁRIA DE INFÂNCIA - ASSOCIAÇÃO POPULAR DE PAÇO DE ARCOS (APPA), ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (APOIO), AJUDA DE MÃE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS (SCMO):-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Ajuda de Mãe, entidade gestora da Escola do Arco, no valor de sete



Câmara Municipal
de Oeiras

mil novecentos e quarenta e oito euros, considerando que estão em causa necessidades urgentes de beneficiação das salas da valência de creche, que se consubstancia na substituição do pavimento. -----

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à APPA- Associação Popular de Paço de Arcos, entidade gestora do Infantário Popular de Paço de Arcos, no valor de quatro mil seiscentos e seis euros, considerando o cumprimento legal do Decreto-Lei número cento e sessenta e três, de dois mil e seis, de oito de agosto, que assegura a acessibilidade a espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, adaptação que é um requisito obrigatório para obtenção de licença de funcionamento da entidade. -----

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à APOIO - Associação de Solidariedade Social, entidade gestora da Creche O Ninho da Cegonha, no valor de dois mil e cem euros, atendendo à necessidade urgente de melhorar as condições de conservação e salubridade do espaço.-----

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, entidade gestora da Creche e Jardim de Infância O Pingolé, no valor de três mil e trezentos euros, considerando que estão em causa beneficiações urgentes no pavimento de uma sala da valência de creche. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h), trigésimo terceiro, número um, alíneas u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.--

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e do artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e, artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo

Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte um de agosto.-----

28 - PROPOSTA Nº. 976/23 - DPE - Pº. 03/DPE/11 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARNAXIDE - EXTENSÃO DE ALGÉS - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar os valores do cálculo de revisão definitiva, referente à empreitada de construção de edifício para instalação do Centro de Saúde de Carnaxide - Extensão de Algés. -----

-----A comunicação ao empreiteiro, Comporto - Sociedade de Construções, Sociedade Anónima, de que deverá proceder ao reembolso por transferência bancária, da quantia de quatro mil seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos, IVA incluído, resultante dos cálculos obtidos. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo e quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro de seis de janeiro.-----

29 - PROPOSTA Nº. 977/23 - DPE - Pº. 21/DPE/2020 - REABILITAÇÃO E RESTAURO DA CASA DA QUINTA DOS SETE CASTELOS - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 671/2023 E RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o despacho do signatário datado de trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, constante na informação INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e um mil quatrocentos e sessenta e oito, no seguinte: -----

----- A retificação da deliberação tomada através da proposta de deliberação número seiscentos e setenta e um, de dois mil e vinte e três, referente ao valor dos trabalhos complementares, para o montante de quinhentos e trinta e oito mil trezentos e vinte e três euros e setenta e um cêntimos, ou seja, em menos doze mil oitocentos e vinte seis euros e sessenta cêntimos do valor previamente aprovado. -----

----- A designação do arquiteto Gonçalo Pestana, técnico superior da Divisão de Projetos Especiais, como gestor do contrato. -----

----- A ratificação da adenda retificativa ao Adicional número seiscentos e setenta e dois, de dois mil e vinte e três. -----

----- Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, número um, do artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Número três, do artigo trigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com o artigo centésimo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo.-

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos.-----

30 - PROPOSTA Nº. 978/23 - GMA - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DE

EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, RELATIVO A 2023:

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu:-----

-----“No fundo, já falámos aqui do mesmo tema, ainda que o relatório agora seja de avaliação intercalar e, realmente, o Regime Geral da Prevenção da Corrupção determina a obrigatoriedade de o Município apresentar o relatório de avaliação intercalar no mês de outubro do ano a que respeita a execução. -----

-----Já estamos em novembro, não foi apresentado nesta Câmara na última reunião de outubro, nem na primeira de novembro, portanto, vemos que há aqui um atraso, porque na realidade, a proposta de deliberação é de novembro, damos nota desse atraso. -----

-----Saudamos mais uma vez o trabalho e o empenho dos Serviços que se confrontam com a tal falta de recursos humanos e registamos como positivas algumas melhorias como a diminuição em dezasseis por cento dos riscos com grau máximo ou elevado. -----

-----Grave no nosso entender é o denominado Gabinete Municipal de Auditoria continuar a apresentar o tal risco muito elevado, com a tal tendência de subida na promoção da ética, integridade e a transparência pelo incumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, gostaríamos de saber porque é que estamos a vinte e cinco por cento da implementação da revisão da norma, a doutora Paula Saraiva já falou deste assunto, que será no início do próximo ano a revisão do Código de Ética e de Conduta também, presumo, deve de estar quase concluída e a revisão do plano a sessenta e cinco por cento.-----

-----É importante também saber algumas coisas que parecem, aparentemente, bastante simples de corrigir, mas que surgem à mesma no relatório de avaliação intercalar e que já vinham de trás, nomeadamente, porque é que não foram postas em prática as medidas de redução do risco muito elevado no Arquivo, da Divisão de Gestão Documental, onde a documentação acondicionada está diretamente no chão com possibilidade efetiva de ocorrência de destruição,



Câmara Municipal
de Oeiras

isto já vinha num relatório do ano passado e continua. -----

----- Havendo uma inundação, somos vizinhos aqui da Ribeira temos este risco da documenta o ser destruída e também convém esclarecer, porque é que não foram contratados recursos humanos para a Divisão de Planeamento Urbano, gestão de recursos humanos que tem aqui um grau de ameaça muito elevado, porque é que se mant m a escassez dos recursos humanos comprometendo o funcionamento da Divisão de Planeamento Infraestruturas Urbanas e Mobilidade ou, por exemplo, elevado risco de ocultac o ou destruic o de patrim nio no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, há aqui uma série de coisas que já vinham de três e que gostaríamos de saber porque é que não foram corrigidas neste período de tempo.” -----

----- Dizendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Eu creio que a resposta é porque não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo, tenho a certeza absoluta que após a conclusão do novo edifício administrativo da Câmara, não posso chamar Paços do Concelho, porque permanecem aqui junto ao Palácio Marquês de Pombal, após a conclusão dessa interven o e nós poderemos reorganizar a distribuic o dos Serviços e melhor guardar os documentos e estaremos muito melhor desse ponto de vista, portanto, não podemos fazer esse investimento duas ou três vezes, faremos apenas uma vez, após a conclusão desse edifício. --- -----

----- Depois, porque é que não se contratam pessoas, eu vou pedir ao Senhor Vereador Armando Soares, não hoje, para comparar o rácio ou o número de trabalhadores do Município de Oeiras com os municípios vizinhos e com os municípios da sua dimensão, após o que se verificar a Senhora Vereadora Carla Castelo vai dizer para contratarmos ainda mais pessoas e comparar também as massas salariais, porque só assim depois perceber , ainda que os recursos humanos possam parecer muitas vezes escassos, são escassos em toda a administra o, sendo os bastantes para as fun oes que nós temos de desempenhar, salvo melhor opinião.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-

Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório de Avaliação Intercalar de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Oeiras, relativo ao período entre janeiro e setembro de dois mil e vinte e três.-----

-----Determinar a sua posterior comunicação ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, à IGF-Autoridade de Auditoria e ao Ministério da Coesão Territorial. -----

-----Determinar a sua disponibilização nas páginas da Intranet e da Internet do Município de Oeiras.-- -----

-----Nos termos da alínea a), do número quatro, do artigo sexto e décimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e nove-E, de dois mil e vinte e um, de nove de dezembro.-----

31 - PROPOSTA Nº. 979/23 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES, PARA EDIÇÃO DO LIVRO “A CADEIA DE CAXIAS, A REPRESSÃO E A LUTA PELA LIBERDADE”: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não podia deixar de intervir, até porque estamos no mesmo Grupo de Trabalho. ----

-----Julgamos que este projeto também devia estar enquadrado nas comemorações dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, tendo em conta que é aquilo que se reúne de informação, testemunhos, fotografia e depoimentos de ex-presos políticos, que entre mil novecentos e trinta e seis e mil novecentos e setenta e quatro passaram pela cadeia do Forte de Caxias.-----

-----Acho que é uma forma igual, não só de homenagear estes homens e mulheres, mas também de celebrar a efeméride de forma honrosa.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à União de Resistentes Antifascistas Portugueses, no valor de três mil euros, destinada a apoiar a edição “A Cadeia de Caxias, a repressão e a luta pela liberdade”. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 980/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 7 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E A UMA ESCOLA NÃO AGRUPADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE CTEAM (CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, ARTES E MATEMÁTICA) - ANO LETIVO 2023/2024:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dar nota que mais uma vez, a proposta deveria nomear, quanto a nós, as entidades a quem está a ser dado o apoio, neste caso, o financiamento e não remeter para o anexo. -----

-----Porquê? -----

-----Porque a proposta de deliberação é aquilo que nós aprovamos e então convinha estar.

-----Depois, a falta dos registos de beneficiários, a explicação já foi dada e creio que estará lá também, a tal frase de que fica suspenso.” -----

-----O **Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Política Educativa - Doutor Luís António** esclareceu o seguinte: -----

-----“As entidades a quem vamos atribuir o subsídio, são os Agrupamentos de Escola e a Escola não agrupada.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, acrescentou: -----

-----“Era só no sentido de ficar explícito quais são, eu compreendo que estão lá todos, mas de qualquer forma, para quem lê depois a deliberação, acho que fazia sentido estarem lá os nomes das oito.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente**, acrescentou:-----

-----“A Senhora Vereadora estava a querer que ficasse presente na zona da proposta.-----

-----Eu tendo a concordar com Vossa Excelência, porque o que se propõe deve ser claro, portanto, serve para todos os Serviços, o que propõe deve ser o mais claro possível.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho**, referiu: -----

-----“Senhor Vice-Presidente concordo em absoluto com vossa Excelência. -----

-----Percebo inteiramente também a pertinência daquilo que a Senhora Vereadora diz, mas devo dizer o seguinte: -----

-----É a minha opinião também, já agora, julgo que a proposta é isto que está aqui. Isto é, a proposta, não é aquele capitulozinho, aquele paragrafozinho da última página, da página dez. --

-----Todas estas folhas é a proposta, não é?-----

-----E na proposta é claro, desde o ano de dois mil e dezanove/dois mil e vinte até ao ano de vinte e três/vinte e quatro, que é aquele para a qual estamos a aprovar a presente proposta. ----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- É claro, nestes cinco anos letivos, são identificados nominalmente quais os agrupamentos de escolas que participaram em cada ano letivo e receberam comparticipação financeira, da mesma forma que, para agora, para o ano vinte e três/vinte e quatro, aparece uma tabela discriminada com todos os agrupamentos de escola, a escola específica dentro destes agrupamentos de escola, qual é a atividade específica, que isso aparece lá e qual é a comparticipação específica a cada um dos sete agrupamentos de escola envolvidos. -----

----- E, por fim no parágrafo da página dez, que é aquele que está debaixo do capítulo quarto - proposta, diz: Propõe-se atribuição dos apoios financeiros no valor de cento e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos, aos sete agrupamentos de escola e a uma escola não agrupada para o desenvolvimento dos projetos. -----

----- Portanto, julgo que é claro.”-----

----- Concluiu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Nada obsta, a que no capítulo final da proposta que é evidentemente o resumo da proposta de deliberação, esteja o mais claro possível, não é só para esta proposta, é para todas, serve para todas, porque muitas vezes nós também remetemos conforme ponto tal, e não, deve estar no fim, não tem problema nenhum.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de apoios financeiros, no valor de cento e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos, aos sete Agrupamentos de Escola e uma Escola Não Agrupada, para o desenvolvimento dos Projetos de Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (CTEAM), no ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro. -----

----- A primeira tranche, será paga em dezembro de dois mil e vinte e três, no valor de

quarenta e seis mil duzentos e setenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos e a segunda tranche, será paga em fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no valor de cento e sete mil novecentos e setenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos. -----

-----Designar o doutor Luís Miguel António, Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, como gestor do contrato, para acompanhamento permanente à execução do mesmo. ---- -----

-----Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, e do número um, do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

33 - PROPOSTA N.º. 981/23 - DGREAE - PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA: -----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo fez a seguinte intervenção: -----

-----“Indica-se na proposta que se constituiu como interessada, a Associação Evoluir Oeiras. Gostaria de saber e, aliás, diz também, que a entidade deve ser ouvida quanto ao projeto



Câmara Municipal
de Oeiras

ora apresentado. -----

----- Quando é que tencionam fazer essa auscultação à associação?-----

----- Respondendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Depois de aprovada a proposta.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o projeto de «Regulamento Municipal para atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa».-----

----- A publicação do projeto de Regulamento no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias.-----

----- Nos termos das alíneas d) e p), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto e alíneas k), v), hh) e aaa), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

34 - PROPOSTA N.º 982/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES/JUNTAS DE FREGUESIA PARA APOIO ÀS RESPOSTAS ALIMENTARES: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a atribuição de uma comparticipação financeira, para reforço das respostas sociais

Banco Alimentar e Mercearia Social, no montante global de quarenta e sete mil e quinhentos euros, distribuído da seguinte forma: -----

-----União/Junta de Freguesia - participação: -----

-----Barcarena - dez mil euros;-----

-----Carnaxide e Queijas - quinze mil euros; -----

-----Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - doze mil e quinhentos euros; -----

-----Porto Salvo - dez mil euros.-----

-----A minuta de Contrato que enquadrará este apoio. -----

-----De modo a acompanhar permanentemente a sua execução, a nomeação do técnico José Tomás Almeida da Divisão de Coesão Social, como gestor do contrato. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e vigésimo quinto, número um, alínea j), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo, centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

35 - PROPOSTA N.º 983/23 – DCS - REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTO, NO ÂMBITO DO CENTRO QUALIFICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante



Câmara Municipal
de Oeiras

proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o pagamento a uma ex-colaboradora da AERLIS, no montante de três mil quinhentos e trinta e um euros e oitenta cêntimos, referente aos valores líquidos a receber dos meses de julho e de agosto de dois mil e vinte e três, proporcionais de férias e dos subsídios de férias e de Natal de dois mil e vinte e três e compensação pela extinção do vínculo.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

36 - PROPOSTA Nº. 984/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À APAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO AO RECLUSO, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE 2023:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Diz-se na proposta que a aprovação da atribuição de comparticipação financeira para apoio à implementação, passo a citar: “do referido projeto no montante global de quatro mil e duzentos euros, à Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR).” -----

----- Mas, não encontro nenhuma descrição de que projeto é, nem a orçamentação das ações no âmbito desse tal projeto.”-----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, esclareceu: -----

----- “Este projeto é o que estava a falar há bocado, da prevenção das situações de sem-abrigo. O facto de estas instituições intervirem dentro das prisões e nós aqui temos várias, impede que as pessoas quando saiam, venham para situações de sem-abrigo e nós estamos na imediação que isso aconteça com o caso dos inimputáveis. -----

----- Se não está o plano de atividades e o projeto em si, com certeza que nós faremos

chegar as atividades que eles estão a fazer e a desenvolver aqui nas nossas prisões.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, acrescentou: -----

-----“Extremamente meritório esse projeto, como está a colocar, na verdade, não percebo se é um projeto em concreto. -----

-----Imagine, projeto de prevenção de situação de sem-abrigo, quando as pessoas que são reclusas voltam para a liberdade, ou se estamos a apoiar a atividade da Associação, do seu plano de atividades para dois mil e vinte e quatro. -----

-----Na proposta, eu não percebo o que é que diz o referido projeto, não estão lá ou pelo menos, eu não encontro, na leitura que fiz, e fiz uma leitura não há advogado, mas mais a académico, ali para referir os dois exemplos e não encontro que projeto é que é. -----

-----Quando a Câmara apoia com estes quatro mil e duzentos euros é para alguma coisa em concreto, ou para as atividades e aí não seria referido projeto, mas sim, as atividades da Associação ou para um projeto.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, esclareceu: -----

-----“A Divisão de Coesão Social, apoia a manutenção de atividades de todas as instituições. -----

-----Mas já agora, deixe-me só que informe uma situação, o que se passa nas prisões e nos estabelecimentos prisionais, hoje em dia, é que, no dia em que é decretada que aquela pessoa vai sair, abrem a porta, a pessoa sai cá para fora. -----

-----Se não houver entidades que acompanhem as situações que estarão para sair, nós apanhamos com muitas situações aqui em Oeiras de sem-abrigo, que ficam aqui, porque saem das prisões aqui Oeiras, em Caxias, nomeadamente. -----

-----Neste caso, em concreto é para manutenção de atividades e não o projeto.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, sugeriu: -----

-----“Gostaria de votar a favor desta proposta, sugiro que em vez da redação, que está na



Câmara Municipal
de Oeiras

proposta "...o referido projeto...", se coloque "...a manutenção das atividades da Associação..."-----

----- O **Senhor Vice-Presidente**, concluiu:-----

----- "Passa a constar, conforme está dito na ata. -----

----- Voltar à questão que tínhamos há pouco. O mais claro possível não há problema nenhum, portanto, Senhora Vereadora Carla Castelo, tinha toda a razão sobre essa matéria."-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de participação financeira para apoio à implementação de atividades em dois mil e vinte e três, no montante global de quatro mil e duzentos euros, à Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR).-----

----- O compromisso do Município em:-----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba.-----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da participação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro.-----

-----Artigos ducentésimo, e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

37 - PROPOSTA Nº. 985/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 3º. TRIMESTRE DE 2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, que seja solicitado à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo que procedam à reposição dos montantes abaixo indicados uma vez que a comparticipação financeira atribuída no terceiro trimestre de dois mil e vinte e três foi superior ao montante por elas suportado:- -----

-----Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor:-----

-----Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - quatro mil cento e quarenta e três



Câmara Municipal
de Oeiras

euros e cinquenta e um cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - seis mil novecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - mil seiscentos e oitenta e sete euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - onze mil setecentos e vinte e cinco euros e trinta e um cêntimos;-----

----- Total - vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos. - -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. ---- -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

38 - PROPOSTA Nº. 986/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO COMUNITÁRIO E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE SÃO BENTO, EM LAVEIRAS/CAXIAS: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Mais uma proposta que temos todo o gosto em votar a favor, mas que nos suscita dúvidas, ao referir que há aqui uma situação de alguma forma diferente, porque se está aqui a dizer que há um formalismo que pode ser dispensável. -----

-----Queria perceber, porque é que a questão de passar a escrito é um formalismo, porque que é que se diz, que, neste caso considera-se que tal formalismo é dispensável, na medida em que o projeto se encontra a decorrer, a ação será consumada instantaneamente após a atribuição deste projeto e que se propõe a dispensa do instrumento e a substituição por um termo de aceitação.-- -----

-----O termo de aceitação, para mim, não vejo grande diferença, porque na realidade, a redução a escrito ou termo de aceitação também é escrito, mas é mesmo uma dúvida.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente**, acrescentou:-----

-----“Senhora Vereadora, é sobretudo para reforço das atividades e de acordo com a qualidade do trabalho que tem sido desenvolvido e pela importância da comunidade. -----

-----Não sei qual é que a redação que pretende, alguma sugestão para a redação, para se tornar mais claro?”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, esclareceu:-----

-----“Não Senhor Vice-Presidente, o que eu queria perceber é por que é que se diz:-----

-----“...De referir que, apesar de pender, para o assunto em questão, a obrigatoriedade imposta pelo artigo décimo sétimo de redução a escrito do contrato para a concessão de apoios de âmbito social, do Regulamento ... considera-se que tal formalismo poderá ser dispensável, na medida em que o projeto se encontra a decorrer e a ação será consumada instantaneamente após a atribuição deste apoio. Propõe-se, assim, a dispensa deste instrumento e a substituição por termo de aceitação...”-----

-----Isto suscita-me dúvidas.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, esclareceu: -----

----- “Neste caso em concreto, nós ponderámos mais do que nos termos do regulamento, o facto de estas crianças serem de um Bairro Municipal, de estarem numa comunidade desfavorecida e o facto de ter intervenção da Casa de São Bento, há largos anos, há larguíssimos anos, ser uma mais-valia na sua vida.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente**, referiu: -----

----- “Para reforço das atividades da Casa de São Bento em função das necessidades da mesma.” -- -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, insistiu: -----

----- “Não me suscita qualquer dúvida apoiar e, aliás, conheço a Casa e vivi lá muito próximo. -- -----

----- A questão não é essa, a minha questão, é só perceber por que é que havendo no regulamento de concessão de apoios municipais, a obrigatoriedade imposta no artigo décimo sétimo, de reduzir a escrito o contrato, para a concessão destes apoios e isto está escrito na proposta, considerar-se que tal formalismo pode ser dispensável. -----

----- É só esta a questão, que é uma questão, vá lá, legalista, mas que, eu como Vereadora tenho de votar em consciência, quero perceber, porque é que estamos aqui a considerar que aquilo que diz no regulamento da concessão de apoios, que é reduzir a escrito o contrato, afinal, não é, é um formalismo dispensável e eu gostaria de perceber, porquê.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente**, acrescentou:-----

----- “Agora também gostaria de perceber efetivamente, porque é que não se tem de reduzir a contrato. O contrato não é um problema!” -----

----- A **doutora Ivone Afonso**, esclareceu:-----

----- “Efetivamente, a Senhora Vereadora Carla Castelo tem toda a razão, porque nós, na medida e em termos da Divisão de Coesão Social, qualquer comparticipação financeira acima

dos dez mil euros, efetivamente estabelecemos um contrato. -----

-----Atendendo e também pegando na justificação da Senhora Vereadora Teresa Bacelar, pela urgência que também foi manifestada pela própria Associação, no desenvolvimento da sua atividade, acabámos por junto do Gabinete Jurídico, questionar se seria possível, excecionalmente, atender a que este apoio fosse atribuído, mediante um termo de aceitação e não do contrato de comparticipação financeira. -----

-----É, de facto, um documento escrito, só que, em termos de “timings” e em termos da própria disponibilização de verbas, efetivamente, há aqui uma diferenciação, e neste caso, em concreto, pedimos essa excecionalidade, para executar também ainda este ano, mas por norma, aplicamos o contrato.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, concluiu: -----

-----“Compreendo que é uma excecionalidade e se o Serviço Jurídico da Câmara, considera que esta excecionalidade, ainda assim, não fere a lei, voto favoravelmente.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, ao Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores, no montante de quinze mil euros, para apoio ao funcionamento da Casa de São Bento. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte e um junho.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.---

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete e agosto.-----

39 - PROPOSTA Nº. 987/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra, no montante de cinquenta mil euros.-----

----- O compromisso do Município em:-----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificação da correta aplicação da verba.-----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

40 - PROPOSTA Nº. 988/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES E À JUNTA DE FREGUESIA PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - ANO DE 2022:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

-----“Tenho uma dúvida, porque é que houve esta demora no acerto de contas, quando foi algo que ocorreu já no ano passado?”-----

-----Esclarecendo a **doutora Ivone Afonso**: -----

-----“Este assunto também me constrange, pelo facto de só agora o trazermos à reunião de Câmara.-----

-----É certo, que estão aí referenciados de forma vaga, houve aqui alguns constrangimentos, nomeadamente ao nível do acerto de contas, houve aqui também algumas condicionantes em termos financeiros, que acabou por provocar esta derrapagem em termos da contabilização de contas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Posso-lhe dizer que, neste momento, está tudo regularizado, inclusive em proposta anterior, já estão os acertos do terceiro trimestre de dois mil e vinte e três.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído em dois mil e vinte e dois: -----

----- União e Junta de Freguesia - Valor:-----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - setenta e um mil trezentos e oitenta euros e quarenta e sete cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - quarenta e cinco mil cento e vinte e seis euros e trinta e cinco cêntimos;-----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - duzentos e três euros e trinta cêntimos. -----

----- Total - cento e dezasseis mil setecentos e dez euros e doze cêntimos.-----

----- A reposição, pela União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, do valor abaixo indicado, uma vez que o montante transferido excedeu o gasto no ano de dois mil e vinte e dois:-----

----- União e Junta de Freguesia - Valor:-----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - onze mil oitocentos e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, na alínea j), do

número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

41 - PROPOSTA N.º 989/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA”, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PELOS PARES, ANO LETIVO 2023/2024:

-----I - A Senhora Vereadora Susana Duarte disse o seguinte: -----

-----“O PSD quer salientar não só a importância desta proposta que foca áreas fundamentais na educação, em comportamentos sexuais, na prevenção contra a infeção VIH (SIDA), o consumo de substâncias psicoativas, tendo como denominador comum o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos do terceiro ciclo do ensino básico, contudo, queremos deixar aqui um alerta porque nos parece de elevada importância para outra temática que também se pode ter em atenção, nomeadamente no que diz respeito à adição ao jogo “online”. -----

-----Segundo o relatório do Serviço de Intervenção e Comportamentos Aditivos e das Dependências o jogo a dinheiro na “internet” tem tido um aumento e vai aumentando consoante



Câmara Municipal
de Oeiras

a idade, aos treze anos cerca de cinco por cento destes jovens já apostaram na “internet”, aos dezoito anos esta percentagem sobe para vinte e um por cento, sendo que estes dão-nos um sinal de alarme social que todos devemos enquanto sociedade ter atenção e adotar medidas de mitigação que neste âmbito já muito bem fazemos, se calhar acrescentar e dar também aqui este contributo.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma participação financeira à Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”, no Concelho de Oeiras, no valor total de três mil euros, a que corresponde um apoio de vinte e sete por cento do Município, face ao valor dos encargos com o funcionamento do Projeto de Educação pelos Pares, a decorrer no ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, nas escolas do Concelho.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos das alíneas d) e g), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho. -----

----- Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois

mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

-----Lei número vinte e quatro, de dois mil e doze, de nove de julho. -----

42 - PROPOSTA Nº. 990/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS, A ASSOCIAÇÃO FLORESCER E O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (MAI) PARA IMPLEMENTAÇÃO DA 6ª. EDIÇÃO DO PROJETO “APRENDER EM CÍRCULO”, NO ÂMBITO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Florescer - Associação de Educação Global, no valor de oitenta mil setecentos e cinquenta e três euros e oito cêntimos, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros:

-----quarenta mil trezentos e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos, após a celebração do Protocolo de Associação;-----

-----vinte mil cento e oitenta e oito euros e vinte e sete cêntimos, após entrega e validação do primeiro relatório trimestral de execução técnica e financeira;-----

-----dez mil noventa e quatro euros e vinte e sete cêntimos, após a entrega e validação de segundo relatório trimestral de execução técnica e financeira;-----

-----dez mil e noventa e quatro euros, após entrega e validação do relatório final de



Câmara Municipal
de Oeiras

execução técnica e financeira, nos termos da Informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e três mil duzentos e trinta e um, de treze de novembro.-----

----- A minuta do Protocolo de Colaboração.-----

----- A designação de Ana Margarida Simão, técnica superior do DDS/CLS, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste protocolo. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), h) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas r), u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

43 - PROPOSTA Nº. 991/23 -DACTPH - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA CULTURA: -----

----- I - A Senhora Vereadora Carla Castelo, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta diz que, ao abrigo das citadas disposições legais, as entidades de

inspeção e auditoria têm vindo a recomendar que os municípios aprovem critérios gerais e uniformes, transparentes igualitários de atribuição de apoios na área da Cultura, designadamente por via regulamentar. -----

-----Ora quanto a nós, deveria mencionar também, que a oposição, no caso o Grupo Político Evoluir Oeiras, denunciou que este regulamento nunca foi aprovado em Assembleia Municipal e nem se encontra publicado em Diário da República. -----

-----Quando questionado o Executivo na Assembleia Municipal, de vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e três, não assumiu que não existia o regulamento, antes, pelo contrário. -----

-----As dúvidas foram tiradas quando, após a sessão da Assembleia Municipal de Oeiras, foi respondido o requerimento que o comprovava e daí que, hoje estamos a votar o início do procedimento de regulamento que o Executivo chegou a dizer que existia, mas que, de facto não existia, fazendo da atribuição de participações uma coisa avulsa e, portanto, sem estratégia e sujeita a discricionariedade. -----

-----Saudamos que passe finalmente a ser um processo transparente e com regras aprovadas como deve ser.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**, referiu:-----

-----“Quero saudar a vinda de esta abertura de procedimento para a elaboração deste regulamento, é um regulamento que já há muito tempo, o Partido Socialista tem insistido para que seja feito. É um regulamento, que julgo que vai ser importante para os agentes culturais do Concelho, portanto, naturalmente, vemos de uma forma muito positiva a que se possa dar início à criação deste regulamento.” -----

-----Acrescentou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Bom, eu próprio imaginei que existia este regulamento, confesso-vos. -----

-----Como tal, se não existia gostaria apenas de saudar que finalmente esteja agora a ser iniciado, para que as atribuições de apoios sejam o mais transparente e democrática possível.” ---



Câmara Municipal
de Oeiras

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Apoios Municipais na Área da Cultura. -----

----- Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

----- Nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo nonagésimo oitavo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.

44 - PROPOSTA Nº. 992/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO JUVENIL GRUPO DE AÇÃO SOCIAL DO TAGUS (AJGASTAGUS):-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou:-----

----- “Estando esta Associação em incumprimento do contrato de comodato desde dois mil e vinte, gostaríamos de saber por que razão é que a Câmara não procedeu à resolução do contrato antes. -----

----- Mantinha contacto regular com a associação semestral ou, pelo menos anual, dado que a associação estava obrigada a apresentar o relatório de atividades?-----

----- Gostaria de saber também quando é que foi apresentado o último relatório de atividades e se a Câmara não se tinha apercebido deste incumprimento antes.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse:-----

----- “Tenho a certeza que a Câmara já se tinha percebido dos incumprimentos, o que acontece é que o Município por questão de bom senso, normalmente fala com as partes, acontece que chega a um ponto em que o bom senso vai-se e a saturação vem e quando se percebe que já não há mais ponta por onde se lhe pegue, por assim dizer, a situação termina.” -----

-----Volvendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Eu compreendo e é assim que faz sentido, procurar primeiro uma conciliação, tanto nestas situações, como nas situações da habitação, etc.. -----

-----A minha questão é saber, porque também não tivemos acesso, quando é que foi o último relatório de atividades, a Câmara está a dizer que se tinha apercebido e parece natural que se tenha apercebido, já tinha encetado, possivelmente, negociações ou conversa com a Associação, saber então, realmente quando é que foi apresentado, porque isto acontece desde dois mil e vinte e estamos em dois mil e vinte e três.” -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** referiu: -----

-----“Acrescentar que grande parte do associativismo desportivo, cultural, etc., sobrevive muitas vezes com os apoios camarários, não só no nosso Município, como também em muitos. --

-----Convém recordar, que dois mil e dezanove e dois mil e vinte foram anos de pandemia, não conheço em particular esta Associação, nem ninguém, mas é natural que muitas associações tenham tido algum descontrolo, porque foram anos em que as suas atividades reduziram, algumas viviam com inscrições de sócios, não faço ideia se este é o caso, acredito que houve algumas se o Município não tivesse tido alguma paciência e em alguns casos mesmo salvo essas casas elas também teriam fechado, não faço a mais pequena ideia se é o caso que se aplica aqui, mas poderá fazer algum sentido para percebermos melhor o que é que aconteceu.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a revogação do Contrato de Comodato número oito, de dois mil e dezoito, celebrado em oito de janeiro de dois mil e dezoito, com a AJGASTAGUS e a minuta de celebração de Acordo de Revogação. -----

-----Nos termos das alíneas u) e ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei



Câmara Municipal
de Oeiras

número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo ducentésimo, número dois, do artigo centésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

45 - PROPOSTA Nº. 993/23 - DP- DESANEXAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS SITAS EM TERCENA - RETIFICAÇÃO:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a desanexação da parcela de terreno municipal com a área de dois mil trezentos e cinquenta metros quadrados, sita em Tercena, a qual confronta a norte com domínio público, a sul e nascente com Município de Oeiras e a poente com Rua Jorge de Vasconcelos.-----

----- A parcela de terreno será desanexada da área existente no terreno municipal descrito na primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha mil quinhentos e onze, da Freguesia de Barcarena.-----

----- A desafetação do domínio público e integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita em Tercena, com a área de quatrocentos metros quadrados, a qual confronta a norte com Rua Jorge de Vasconcelos, a sul, nascente e poente com Município de Oeiras. ---- -----

----- Relativamente a este ponto deverá a presente proposta ser submetida para aprovação à Assembleia Municipal.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com a redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo

terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro na redação da Lei cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, artigos décimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, na redação da Lei número oitenta e três-C, de dois mil e treze, de trinta e um de dezembro. -----

46 - PROPOSTA N.º 994/23 - DCH - P.º 21/DPCHM/2022 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO ALTO DA MONTANHA, CARNAXIDE - 2.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA N.º 1051/2021 - TRABALHOS COMPLEMENTARES:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os trabalhos complementares no montante de sessenta e sete mil cento e trinta e sete euros e setenta e um cêntimos, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento, correspondentes ao custo total dos trabalhos complementares considerados pela Fiscalização em Obra, sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e um euros e três cêntimos e ao custo associado a dois dias de manutenção de estaleiro, mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos. -----

-----O Mapa de Trabalhos Complementares. -----

-----A prorrogação de dois dias de calendário, redefinindo a data de conclusão da empreitada para dia dezanove de julho de dois mil e vinte e quatro.-----

-----A minuta do contrato.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo septuagésimo, números um, dois, alíneas a) e b) e quatro, tricentésimo septuagésimo terceiro, números um e cinco, tricentésimo septuagésimo quarto, números um e dois e tricentésimo septuagésimo oitavo, número um, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Número um, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

47 - PROPOSTA N.º 995/23 - DPE - “P.º 57/DPE/2020 - PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB 2, 3 DR. JOAQUIM DE BARROS - OBRAS DE REPARAÇÃO” - RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “Esta proposta vem na sequência da aprovação da proposta seiscentos e setenta e oito, de vinte e seis de julho, pela qual face à recusa do Tribunal de Contas sobre o contrato trinta, de dois mil e vinte e três, o referido contrato e a adjudicação da empreitada foram anulados.-- -----

----- O que nós não percebemos, é por que é que esta proposta não refere, aliás, ignora estes antecedentes, porque por imposição do Tribunal de Contas foi reposta a legalidade e isso deveria estar nos considerandos, enfim, a proposta deveria dar nota disso, de resto, é uma boa notícia que, finalmente se possa adjudicar esta obra, porque a situação é grave. -----

----- Estivemos naquele pavilhão já em meados de dois mil e vinte e um, verificámos que realmente as condições para os jovens que ali praticam desporto e alunos que usam o pavilhão não são condições dignas, só podemos estar a favor. -----

----- Relativamente a esta questão que deveria estar mencionado na proposta os antecedentes, parece-nos que faria sentido.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** frisou: -----

----- “Não, os antecedentes estão no processo certamente, não estão é na proposta,

constam do processo.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar ata número seis de reunião de júri - relatório final de análise de propostas, de vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três. ---

-----A adjudicação à entidade RUCÉ - Construção e Engenharia, Limitada, no valor de um milhão trezentos e quarenta e oito mil cento e cinquenta e seis euros e oitenta cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no valor global de um milhão quatrocentos e vinte e nove mil e quarenta e seis euros e vinte e um cêntimos, da empreitada “cinquenta e sete/DPE/dois mil e vinte - Pavilhão Desportivo da EB Dois, Três - Doutor Joaquim de Barros - Obras de reparação”, com a seguinte programação plurianual: -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: um euro e seis cêntimos *; -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro: novecentos e noventa mil cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos *; -----

-----Para o ano de dois mil e vinte cinco: quatrocentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e um euros e setenta e cinco cêntimos *; -----

-----*(valores com IVA). -----

-----O prazo contratual de quatrocentos e oitenta e cinco dias para a execução da obra, nas condições expressas na proposta apresentada. -----

-----A notificação de todos os concorrentes da decisão de adjudicação na plataforma eletrónica Anogov, bem como notificar, a entidade adjudicatária para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, no prazo de dez dias. -----

-----A minuta do contrato de Empreitada de Obras Públicas, a celebrar entre o Município de Oeiras e o empreiteiro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A designação de Vítor Ribeiro, Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia, como Gestor do Contrato. -----

----- Nos termos das alíneas a), f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alíneas f), bb) e qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo septuagésimo sexto, artigo septuagésimo sétimo e números três e quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo e artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Alínea b), do número um, do artigo quadragésimo sexto e do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa sete, de vinte e seis de agosto. -----

48 - PROPOSTA Nº. 996/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DE ESPETÁCULOS DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR 2023 PARA OS AUDITÓRIOS MUNICIPAIS RUY DE CARVALHO E JOSÉ DE CASTRO (DEZEMBRO 2023): -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a fixação do preço dos bilhetes, nos seguintes termos: -----

----- - Espetáculo de Dança “O Princípio ... e Depois”, pelo Dança Grupo Plus: -----

----- Plateia - sete euros e cinquenta cêntimos | Balcão - seis euros. -----

----- - Concerto “O Fado da Cítara Portuguesa”, de Pedro Caldeira Cabral: -----

----- Plateia - dez euros / Balcão - sete euros e cinquenta cêntimos. -----

----- - Espetáculo de “stand-up” “Escolhas”, de Pedro Tochas: -----

----- Plateia - dez euros / Balcão - sete euros e cinquenta cêntimos. -----

----- - Espetáculos “O Mentalista”, de João Blümel: -----

-----Plateia A - dez euros / Plateia B - sete euros e cinquenta cêntimos. -----

-----Que a receita produzida pela venda de bilhetes para os espetáculos acima referidos, reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----

-----Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho; Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede “Ticketline”-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----

49 - PROPOSTA Nº. 997/23 - DGEP - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EMISSÁRIO DE PORTO SALVO E CÂMARAS DE VISITA DO JAMOR - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA À ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para isentar a Águas do Tejo Atlântico, Sociedade Anónima de pagamento da Taxa Municipal de Ocupação de Via Pública, no valor de trezentos e cinco mil seiscentos e cinquenta



Câmara Municipal
de Oeiras

e cinco euros e trinta cêntimos. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sétimo e trigésimo oitavo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras. -----

50 - PROPOSTA N.º. 998/23 - UPGO - P.º. 2020/113-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS (DEFINITIVA) RELATIVA À EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou: -----

----- “Nós vamos votar favoravelmente, embora não possamos deixar de lamentar e criticar, o facto desta obra ter problemas e erros que nunca foram resolvidos e instar o Executivo, no fundo, para a concretização da tal rede de ciclovias seguras e confortáveis e não a realização destas obras e de ciclovias que têm problemas de segurança.” -----

----- Referindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Senhora Vereadora, de certeza que os projetos das ciclovias não são feitos pelo Executivo Municipal, são feitos por técnicos competentes, passam por diversas verificações, certamente mais conhecedores de obra pública do que eu próprio e suponho eu, salvo melhor opinião, do que Vossa Excelência, portanto, não cabe a este Vice-Presidente julgar tecnicamente o processo, cabo e este Vice-Presidente e aos outros membros do Executivo que quem faz o processo ou quem faz estes projetos esteja munido do reconhecimento académico e da Ordem profissional devida, que eu suponho estar muito mais, volto a referir, do que qualquer um de nós, é isso que nós procuramos fazer.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços no montante de trezentos e vinte mil quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e quatro

cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e vinte/cento e treze-DGEP-Execução da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre”, bem como o pagamento de quatro mil vinte e nove euros e seis cêntimos, referente à diferença entre o valor já pago nas revisões anteriores, à empresa Oliveiras, Sociedade Anónima. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

51 - PROPOSTA Nº. 999/23 - DGA - PLANO DE AÇÃO LOCAL INTEGRADO (PLAI), DO PROJETO CAPT2 - CIRCULARIDADE DA ÁGUA DE TODOS PARA TODOS: -----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo alegou:-----

-----“Antes de mais saudamos os Serviços Municipais, não sei se estão cá as pessoas envolvidas, pelo trabalho desenvolvido, no âmbito deste projeto, que visa realmente um objetivo tão importante como a circularidade da água no momento que enfrentamos enormes desafios que são relacionados com o ciclo hidrológico devido às alterações climáticas de origem antropogénica e que temos de adotar políticas integradas de mitigação e de adaptação, mas uma coisa é o trabalho dos técnicos em prol da redução dos gastos da água e da circularidade do recurso, trabalho técnico que nos parece que está feito com atenção, com cuidado, um trabalho empenhado fruto certamente de muitas reuniões e de concertação de variada informação, outra coisa é quem gere o Município, o que é que quem gere o Município faz com essa informação. ---

-----Lá está, é importante distinguir estes dois planos e também que os Serviços saibam distinguir as críticas feitas à administração sem terem de carregar realmente o peso dessas mesmo mesmas críticas. -----

-----Neste plano da circularidade da água é essencial também distinguir então o plano daquilo que foi o trabalho feito pelos Serviços e aquilo que é a prática do Município. -----

-----O plano assenta em quatro grandes ações, a sensibilização, a reutilização da água, a



Câmara Municipal
de Oeiras

eficiência hídrica e a sustentabilidade ambiental. -----

----- Em dois mil e sete foi feita a matriz de água de Oeiras, que eu tenho aqui, que é um documento balizador de todo o ciclo da água, desde então, já passaram dezassete anos, os dados que aqui temos os últimos são de dois mil e seis, eu gostaria de saber, em que medida é que foi atualizada e como poderemos comparar os consumos e, a partir daí avaliar o que foi feito e traçar as metas para o futuro.-----

----- Relativamente às quatro ações, em relação à ação um, no que respeita à sensibilização, parece-nos desproporcionado, que seja uma das primeiras medidas a ser orçamentada para os próximos vinte e quatro meses com um rio de necessidades que temos muito mais prementes.-----

----- É previsto um Festival da Água com duzentos mil euros de orçamento, um roteiro da água com cento e vinte e cinco mil euros de orçamento, uma campanha de sensibilização com cento e setenta e cinco mil euros, totalizando ao todo, passe a redundância meio milhão de euros.

----- Vale a pena referir que a ação “A Um Ponto Dois” que é o Roteiro Interno Municipal da Água tem muito interesse, mas entra contra nós em flagrante contradição com as políticas do Município em matéria de proteção dos elementos estruturais da água como sejam os que estão ameaçados no Projeto Aquaterra Masterplan e todo o património que está e que será destruído no Alto da Boa Viagem, incluindo tanques, canais e outro património histórico ligado à água e que ainda se pode ver no local os vestígios desse património. -----

----- Relativamente à ação dois, Mais Eficiência Hídrica, aqui está referido que os objetivos se prendem com melhorar a sustentabilidade dos espaços públicos atuando, por um lado, na redução das perdas de água e, por outro, no consumo com um intervenção na paisagem, não percebemos a que se refere este consumo com a intervenção na paisagem, quando temos o Parque dos Poetas desenhado para ser cem por cento regado mesmo em áreas com nenhum pisoteio e não se conhecendo qualquer intenção em reduzir esta insustentabilidade em termos de

consumo de água. -----

-----É referido que se pretende apostar na alteração da tipologia da vegetação em curso, mas continuamos a observar que, na generalidade dos novos espaços verdes temos áreas regadas, independentemente de se tratar de um parque público, de um talude ou de uma rotunda, onde e quando é que pretendemos no Município introduzir esta medida.-----

-----Na ação três, reutilização de águas para fins menos nobres, esta é uma ação muito importante e que saudamos a sua presença no plano, até porque, a reutilização da água é algo que o próprio Grupo Político Evoluir Oeiras tem vindo a defender e até já apresentámos duas propostas na Assembleia Municipal que foram chumbadas pela maioria. -----

-----Sabemos o quão importante é procurarmos fontes alternativas de água no quadro da economia circular e do desenvolvimento sustentável e num contexto decrescente de impacto das alterações climáticas, a reutilização das águas residuais tratadas impõe-se como uma das principais soluções de adaptação à escassez com vantagens ambientais e económicas.-----

-----No plano fala-se em aumentar o volume de águas cinzentas, gostaríamos de perceber se está pensada a inclusão de incentivos à adoção destas funcionalidades dos novos edifícios a construir no Município ou pelo menos a facilitação da implementação de sistemas de reutilização ao nível doméstico, por exemplo. -----

-----Também gostaríamos de saber se o novo edifício do “World Trade Center” que foi referido como um exemplo de sustentabilidade teve em conta esta medida se tem implementada esta medida, se o edifício Forum Municipal por cento iniciativa do Município, se também tem esta medida em conta, caso não tenham tido gostaria de saber qual a abrangência da medida e quais as metas que se pretendem atingir. -----

-----Da mesma forma refere-se aumentar o volume de água pluvial captada (diz capturada, mas é captada) para fornecimento das necessidades, estou a recordar-me dos mananciais de água que correm à vista de todos no Alto da Boa Viagem ou no Espargal, nas duas



Câmara Municipal
de Oeiras

situações não tenho memória de ter havido algum tipo de aproveitamento desta água, antes pelo contrário, no Alto da Boa Viagem está em marcha, não sabemos exatamente quando, mas essa construção em larga escala está prevista para lá exatamente a montante destes mananciais, o que vai impedir ou pelo menos minimizar bastante a infiltração, por isso, gostaria de saber no que respeita aos projetos do Alto da Boa Viagem se o sistema de rega que o promotor vai executar nas zonas verdes do empreendimentos usa algum sistema de captação de água da chuva. -----

----- Gostaríamos ainda de saber, quando se fala em aumentar o volume, qual o valor de referência para que se possa medir este indicador, qual é a ordem de grandeza. -----

----- No que respeita à Ação - A Três Dois, Reutilização de Águas Residuais Domésticas e Cinzentas, fala-se da definição e implementação de um Plano de Reutilização de Águas Residuais em pequenos aglomerados.-----

----- A questão, é que hoje, a taxa de reutilização no Município de Oeiras é zero, sendo o motivo várias vezes invocado pelo Senhor Presidente da Câmara, o facto da ETAR da Guia estar localizada longe de Oeiras e os custos da reutilização dessa água não compensariam.-----

----- Afinal, há uma forma de reutilizar, não está exatamente bem explícito e era importante sabermos, porque gostaríamos de saber como é que a medida vai ser implementada nos tais pequenos aglomerados que são referidos, que pequenos aglomerados são estes e qual o contributo desta medida para o global das metas. -----

----- Finalmente, sobre Ação Quatro - Sustentabilidade, no que respeita a esta ação diz-se que se pretende diminuir o número de cheias em meios urbanos, isto é, reduzir o risco de inundações, o que é fundamental, estamos todos de acordo e aqui as nossas questões prendem-se, desde logo, com a referência ao Estudo Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e saber se o referido estudo é o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o tal que foi elaborado pela Universidade de Lisboa, pago pelos dinheiros municipais ou se é outro que esteja a ser elaborado, porque na recente revisão do PDM nem sequer se teve em conta o Plano

Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que tem orientações muito relevantes em matéria de ordenamento do território com implicações a montante no que se refere a um Plano de Ação Local Integrado em matéria da circularidade da água. -----

-----Quando a montante são feitos aterros em zonas de REN - Reserva Ecológica Nacional, como nós denunciámos e é pedido, por exemplo, o interesse público para projetos em REN e RAN como é o caso dos terrenos da Aga Khan é muito difícil para os Serviços Técnicos que elaboram estes documentos e que o fazem, certamente da forma mais competente e empenhada em matéria de circularidade da água, depois entram claramente em contradição com o tipo de intenções e compromissos assumidos pelo Executivo, aliás, a este respeito é de referir que a ação - A Quatro Um - Instalação de Bacias de Retenção não deveria aparecer desligada do que é a estrutura ecológica, para esta medida que é necessária e urgente é dado um horizonte temporal de sessenta meses, quando é fundamental, quanto a nós, orçamentar e cabimentar quanto antes a iniciativa, por exemplo, na bacia de Algés há vários locais estratégicos que já deveriam ter sido salvaguardados para que as águas da escorrência fiquem retidas e não escorram diretamente e rapidamente para a baixa de Algés, porque depois não há equipamentos de drenagem para a condução da água ou comportas que possam remediar tudo isto. -----

-----Também nos parece importante ler aqui um objetivo estratégico do plano que refere que é ambição potenciar em Oeiras o conceito de cidade esponja ampliando a permeabilidade do seu território, a absorção das águas e diminuindo o seu escoamento e conseqüentemente a incidência das inundações. -----

-----Ora, o que estamos a assistir na prática é exatamente o oposto de uma esponja, porque o que se está a fazer é impermeabilizar mais solos, com mais construção, designadamente edificação em locais impróprios em matéria para salvaguardar uma estratégia circular da água, portanto, não estamos a ganhar permeabilidade, estamos sim, a tornar mais impermeável o território. -- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Finalmente, o presente plano no que respeita à governança fala de um processo participado, percebe-se que houve algum envolvimento do Município, partes interessadas, mas hoje aqui propõe-se a aprovação de um documento sem propor a submissão a discussão pública e gostaríamos de saber então quando e se haverá tal participação mais alargada ao nível dos cidadãos.-- -----

----- Deixo só aqui a nota que, por exemplo, os dezassete princípios da “IWA - International Water Association”, das cidades conscientes na gestão da água fala em quatro grandes níveis da ação, serviços de água regenerativos, o desenho urbano sensível à água, às cidades ligadas às suas bacias hidrográficas e a construção de comunidades conscientes na gestão da água. --- -----

----- Tudo isto tem que estar articulado, temos de ter os tais serviços regenerativos, temos de ter o desenho urbano sensível à água, as cidades ligadas às suas bacias e as comunidades conscientes, não podemos ter só a sensibilização com meio milhão de euros e não ter o resto ou ter uma parte do resto sem ter todas as medidas articuladas.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

----- “Eu gostaria muito de saudar a vinda deste Plano de Ação Local Integrado aqui à Câmara para aprovação do Executivo.-----

----- Eu tive a oportunidade de acompanhar a equipa que esteve a trabalhar no projeto “CApt2” em duas reuniões, acho que este trabalho é muito meritório e acho que o caminho se faz caminhando e estando aqui a Diretora do Departamento vou então deixar para ela as explicações.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** salientou: -----

----- “Saudamos este plano, damos também os parabéns aos Serviços, à doutora Sílvia Breu e restantes Serviços por este trabalho, porque este Plano de Ação Integrado, no âmbito daquilo que é a circularidade da água, de acordo também com os seus objetivos e que aqui

também realçamos, não só o facto de alertar para a necessidade do recurso da água, de ocupar um papel central, não só no respeito à otimização dos respetivos usos, a redução e das perdas, assim como, o aproveitamento de águas pluviais, a reutilização das mesmas, faz-nos todo o sentido e estando também em sintonia com as quatro grandes ações deste plano, a sensibilização, a reutilização da água, a eficiência hídrica e a sustentabilidade ambiental. -----

-----De realçar como muito importante, aquilo que está indicado na proposta a interligação com os SIMAS de Oeiras e Amadora, as Águas do Tejo Atlântico, o Taguspark, a Oeiras Viva, o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Soldadura Qualidade e Administração da Região Hídrica do Tejo e Oeste. -----

-----Para o PSD é fundamental que em Oeiras se possa potenciar este conceito de cidade esponja, ficamos expectantes que exista aqui também esta possibilidade que as intempéries possam reverter também um pouco a favor do Concelho, não só evitando o que são as perdas humanas e materiais onde já vem sendo feito um esforço, mas também revertendo este excesso de água a favor da comunidade, não havendo assim um desperdício desta água, através da captação destas águas, de forma a não desperdiçar este recurso escasso que todos valorizamos e, por isso, dar o valor aos Serviços por se terem dedicado a este importante documento.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Nenhum dos Senhores Vereadores é assim tão novo para não perceber que não nascemos hoje. -----

-----O Município de Oeiras não nasceu hoje, nem as preocupações com a água no Município de Oeiras nasceram hoje. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo trouxe ali um rol de questões imenso, peço imensas desculpa, não consigo acompanhar todos, os meus dotes de estenografia não servem para tanto, mas irei ler com certeza a ata para perceber as questões trazidas, mas há três ou quatro que eu quero abordar.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Um - A gestão da água na rega e as plantações que são feitas no Concelho, se a Senhora Vereadora for ler documentos, por exemplo, o Plano Estratégica de Arborização de dois mil e sete ou os documentos do antigo DAE da segunda metade da primeira década deste século, certamente que irá encontrar muitas preocupações com as espécies autóctones muito menores consumidoras de água no espaço público do Concelho, de modo a diminuir o consumo de água, portanto, a preocupação não é de hoje, longe disso, há mais de uma década e meia que isto era uma preocupação no Concelho de Oeiras.-----

----- A gestão da água e a captação da água não é preocupação de hoje, é uma preocupação muito antiga no Concelho de Oeiras que ainda vem nas últimas décadas do século passado.-----

----- A Senhora Vereadora falou de outra questão que me deixou bastante curioso, o Alto da Boa Viagem, a questão da capacidade de infiltração dos solos, da gestão da água naquele local.-----

----- Como eu acompanho essa matéria, sei que o Plano de Drenagens e de Hidráulica do Alto da Boa Viagem que foi feito pelo Professor Carmona Rodrigues e que eu lhe volto a dizer como lhe disse numa proposta anterior, que é uma autoridade na matéria, substancialmente mais competente do que qualquer um de nós sentados à volta desta mesa, quer para as drenagens, quer para a hidráulica daqueles solos.-----

----- Há pouco disse à Senhora Vereadora e reafirmo, o que o Município tem que fazer é reunir-se dos corpos técnicos, seja internamente, seja contratando, de modo a possibilitar a melhor decisão e garantir a boa decisão, que é isso que nós temos vindo a fazer.-----

----- Agora, estando presente a Senhora Vereadora Joana Baptista, mas não ouviu certamente a alocação da Senhora Vereadora Carla Castelo, passo então a palavra à Senhora Diretora do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida para explicar o assunto.”-----

----- A **doutora Sílvia Breu** passou a esclarecer:-----

----- “Antes de mais as minhas desculpas por não ter estado presente e eu penitencio-me

porque ou a proposta não está bem feita ou há aqui um problema.-----

-----O Plano de Ação Local Integrado foi uma iniciativa da Direção-Geral do Território que decidiu aproveitando a experiência daquilo que foi o programa comunitário URBACT fazer uma experiência nacional de pôr os municípios a trabalhar em rede, ou seja, juntar vários municípios à volta de um problema que pudesse ser comum.-----

-----No âmbito das cidades circulares foram lançadas quatro iniciativas cada uma delas sobre diferentes temas, resíduos, resíduos de demolição e construção, água, criaram-se quatro redes e Oeiras concorreu a duas delas e ficou na rede da água, a par com Oeiras mais seis ou sete municípios, Guimarães, Águeda, Oliveira de Frades, Loulé, Lagoa nos Açores, Mértola e Águeda, Municípios que à partida não tinham nada em comum.-----

-----O exemplo que sempre foi relativamente divertido assistir, foi o do Município de Lagoa que não tem um problema de água, tem imensa água e só há pouco tempo é que começaram a cobrar a água.-----

-----Mértola não tem água, vive um problema de desertificação grave.-----

-----Qual era o objetivo principal destas redes?-----

-----Sentar os Municípios em oito sessões e em cada sessão cada um trabalhava o tema em comum, não é algo que nós estejamos muito habituados em Portugal a trabalhar em rede e cada vez mais nós temos de trabalhar em rede, assim aconteceu, o projeto durou quase dois anos, fomo-nos encontrando de dois em dois meses, discutíamos e íamos avançando.-----

-----O objetivo final era construir um plano local eu tinha como objetivo principal dotar cada um dos municípios de um documento que conformasse eventuais candidaturas abertas às escolas.-----

-----Cada vez que nós precisamos de nos candidatar, fazemos uma candidatura a fundos comunitários ou fundos nacionais e comunitários, temos que ter documentos conformadores, estratégias, algo que diga quem abre as candidaturas e que nós não estamos ali só por acaso, nós



Câmara Municipal
de Oeiras

temos uma estratégia.-----

----- No caso de Oeiras, o que nós fizemos foi juntar os “stakeholders” importantes em matéria de água e ir discutindo também com eles, quer internamente, quer externamente, por isso, é que estão aí os SIMAS, ISQ, todos os que constam aí para também connosco começarem a pensar esta matéria, também fomos ver que documentos é que já abordavam esta matéria.-----

----- Tentando já esclarecer algumas questões colocadas pela Senhora Vereadora, o estudo das alterações climáticas foi a primeira versão, aproveitarmos da primeira versão aquilo que era importante incluir aqui e não significa que nós iremos fazer amanhã ou depois de amanhã ou para o ano ou daqui a dez anos, significa que há um caminho, há uma proposta de um caminho, não é um plano estratégico, é uma proposta de um caminho, que englobou aquilo que tem sido os caminhos que temos traçado já em matéria de água como muito bem frisou o Senhor Vice-Presidente. -----

----- Quando a Senhora Vereadora falava da questão do aproveitamento das águas residuais e diz que em Oeiras é zero por cento, mas, saberá melhor do que eu, em Portugal são dois e estão localizados num sítio específico no Município de Loulé, a Quinta do Lago e Vilamoura são regados por águas residuais tratadas, não há muito mais e eu gostava que se fizesse muito mais, aliás, tenho estado com a Senhora Vereadora e em conversa com a ADT para avançarmos com a utilização de águas residuais, aproveitando-as para a Quinta de Cima para o jardim, para o Parque dos Poetas, vamos avançando com os organismos da forma como podemos, agora que a coisa estava encaminhada a presidente da ADT saiu e agora temos que reiniciar quase tudo. -----

----- Eu queria deixar isto claro, isto não é um plano estratégico, isto não é um o instrumento de gestão territorial, isto é um documento que teve como objetivo ensinar, é o resultado de uma aprendizagem de como é que se fazem documentos, como é que se fazem estratégias, como é que se apresentam candidaturas. -----

-----Nós tivemos o apoio de peritos contratados pela DGT para nos ir ensinando como é que se faz, como é que se conduz uma sessão com vários “stakeholders”, como é que se põem a trabalhar connosco. -----

-----Este documento não precisava de ter vindo à Câmara, mas fizemos questão de o trazer, é um contributo para irmos fazendo estes trabalhos, irmos desenvolvendo, irmos trabalhando em rede e demonstrar que o trabalho em rede é um trabalho extraordinário. -----

-----Eu devo dizer que aprendi muito mais sobre uma série de outros assuntos que não a água, especificamente do que a água, porque cada vez que nos sentávamos cada um falava dos problemas no seu Município e por conta desta rede nós já fizemos duas ou três visitas paralelas, fomos a Guimarães ver como é que estavam a tratar da situação dos bio resíduos, Mértola também entrou em contacto porque querem ir para uma candidatura e se nós queremos ser parceiros, ou seja, o que nós conseguimos aqui foi ter uma rede que nos ajuda a pensar e quando nós pensamos em comum os mesmos problemas, chegamos a abordagens diferentes, o que é extremamente enriquecedor. -----

-----Desde já agradecer a possibilidade de ter participado nesta rede e neste trabalho, consegui fazer quase todas as reuniões, faltei a uma, agradecer a presença da Vereadora Joana Baptista que sempre que teve oportunidade conseguiu estar a acompanhar os trabalhos. -----

-----Se eu estivesse cá no início teria feito logo este esclarecimento, se calhar, teria sido importante para a discussão, mas entendam este documento como o resultado daquilo que foi um trabalho em rede e do que podemos ganhar todos quando trabalhamos em rede, seja em matéria de água, seja em matéria de cultura ou ação social.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

-----“Obrigada à doutora Sílvia Breu pelos esclarecimentos, para nós não está de forma nenhuma em causa o trabalho em rede que defendemos, eu pessoalmente sou uma grande adepta do trabalho em rede e intermunicipal e parece-me que é sempre importante todos aprendermos



Câmara Municipal
de Oeiras

uns com os outros e temos sempre a aprender uns com os outros.-----

----- A minha questão é, se é um documento que é apenas para conformar candidaturas a fundos comunitários, este plano então que tem aqui estes vários eixos, mas depois também tem orçamentadas ações, nomeadamente aquelas que eu falei, quanto a nós as prioridades não são as adequadas e há uma contradição quase insanável entre aquilo que é ou que deveriam ser os princípios fundadores de um plano que tem a ver precisamente com o desenho do território, com os serviços regenerativos que os ecossistemas nos prestam, etc. e não um foco logo principal nesta questão da sensibilização que é evidente, que é importante, é importante envolver as pessoas e informá-las, mas para nós o essencial é a Câmara ter um trabalho no terreno que seja consistente com a tal ideia de Oeiras cidade ou território ou município esponja , vendo nós que se está cada vez a impermeabilizar mais e não a fazer essa permeabilização ou repermeabilização, aliás, como o PMAACO indicava e quanto a nós é um instrumento bastante útil para o planeamento que devia ter sido tido em conta, por exemplo, na alteração do PDM para a adequação ao novo regime jurídico, que por obra e graça do Espírito Santo não apareceu nessa altura. -----

----- Felizmente aqui foi tida em conta como a doutora Sílvia Breu estava a dizer, mas na realidade, o que nós notamos e as dúvidas que nos suscitam com este plano são extensas em cada um dos eixos como há pouco indiquei. -----

----- Só um pedido de esclarecimento já que as questões são muitas e eu posso mandá-las por escrito em requerimento, mas pelo menos, perceber se este plano, mesmo não sendo um plano de um instrumento territorial, um plano a esse nível que obriga a discussão pública, mesmo sendo este plano local de ação integrada se vai ou não ter discussão pública.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu:-----

----- “Eu lamento não ter estado desde o início nesta reunião de Câmara, mas houve uma outra temática que obrigou à minha presença, aliás, também motivou a presença da doutora Sofia

Malha e da doutora Sílvia Breu, razão pela qual não estávamos aqui logo no início da discussão desta proposta.-----

-----Lamento, sobretudo, porque eu teria retirado esta proposta de deliberação e teria retirado porque a dada altura o sentido e a missão desta proposta acabou por ser desvirtuado, porque estava subjacente a uma apresentação. -----

-----Esta proposta tinha uma apresentação por parte do DAQV-DGA, mas como hoje é uma reunião de cariz público eu retirei essa apresentação e passaria para a reunião ordinária e essa apresentação é uma apresentação que constrói e que nos leva a um sentido, que é o sentido das nossas políticas públicas municipais, numa escala de planeamento, numa escala de estratégia e numa escala de esponja, sim, Senhora Vereadora, esponja de aprendizagem e de partilha que é isso que serviu no âmbito desta experiência. -----

-----Foi uma experiência fortíssima entre Municípios que nos enriquece do ponto de vista intermunicipal, enriquece-nos do ponto de vista metropolitano, porque somos um Concelho urbano, mas que aprendemos com outros que não são urbanos. -----

-----Dizer que este trabalho que foi feito entre todos, foi altamente elogiado por peritos, gente que não são políticos, não são técnicos, são peritos, altamente elogiado. -----

-----Depois de um plano estratégico são apresentados a sua materialização e a sua operacionalização com a classificação das ações, das iniciativas e também a necessária orçamentação, mas isto depois será devidamente explicado, no âmbito da apresentação que será na primeira reunião ordinária do mês de dezembro. -----

-----Quanto à última questão que colocou, não é preciso nenhuma discussão pública para este plano local.”-----

-----II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

52 - PROPOSTA Nº. 1000/23 – UPAG - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OIKOS -



**COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA REALIZAÇÃO DO “NATAL NO MERCADO
- EDIÇÃO 2023”:**-----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** aludiu:-----

----- “Às vezes a pressa é inimiga da perfeição, eu senti que na proposta de deliberação não ficou explícito uma das principais iniciativas que já tiveram no ano passado, que era convidarem o comércio local a fazer parte deste mercado, acho que isso é uma iniciativa de louvar, porque os próprios comerciantes, o ano passado, gostaram muito, houve comerciantes que o ano passado tiveram algumas reservas e que este ano me abordaram durante o ano a perguntar se ia haver e que queriam muito participar desta vez, porque sentiram que serve de promoção das suas lojas, do seu pequeno comércio e que, ao longo do ano, isto ia criando algum “buzz”, fazendo com que mais gente conheça estas pequenas lojas que vão surgindo no nosso Concelho.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de três mil euros, à entidade organizadora do evento, Oikos - Cooperação e Desenvolvimento, no âmbito da realização de “Natal no Mercado - edição dois mil e vinte e três”.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ------

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, conjugado com o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte sete de agosto. -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

53 - PROPOSTA Nº. 1001/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 30ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de catorze de novembro de dois mil e vinte e três, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e três mil duzentos e setenta e seis, referente à trigésima Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de quinhentos e sessenta e seis mil novecentos e nove euros e setenta cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

54 - PROPOSTA Nº. 1002/23 - DPOC - ADITAMENTO À 17ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA REFERENTE À GOP 03.04.2022/057.011 - CICLOVIA DA RUA DA FONTE, DE VILA FRIA A LECEIA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Câmara Municipal
de Oeiras

Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação da alteração ao projeto referente à GOP zero três ponto zero quatro ponto dois mil e vinte e dois/zero cinquenta e sete ponto zero onze - Ciclovia da Rua da Fonte de Vila Fria a Leceia, de forma a regularizar o processo de contratação da empreitada, objeto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. -----

----- A reprogramação do compromisso plurianual do referido encargo de acordo com a ficha de compromisso e mapa de controlo de execução dos compromissos. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto dois do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

----- Número um, da alínea a), do artigo vigésimo quinto e no número um, da alínea c), do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

55 - PROPOSTA N.º 1003/23 - DPU - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “VALENTIM DE CARVALHO”, EM PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

----- “Eu vinha pedir o adiamento desta proposta, porque nós vemos aqui alguns aspetos negativos, como a visão parcial de um loteamento de uma área já fortemente edificada, mas também vemos vários aspetos positivos e já votámos favoravelmente esta proposta anteriormente, esta não, mas a operação em si. -----

----- De aspetos positivos, vemos que é uma regeneração de áreas consolidadas, diversificando usos em vez de uma área monofuncional, a criação de polos temáticos ligados à história da Valentim de Carvalho e edifícios de baixa altura, no máximo de cinco pisos, no

entanto, pensamos que não devemos estar a aprovar um loteamento desta dimensão e algum impacto tem sempre, sem ter acesso às peças técnicas e, na realidade, neste momento, está-se a submeter ao conhecimento dos Vereadores uma proposta de licenciamento baseada em apenas duas plantas depois de uma análise dos Serviços baseada em excertos da documentação entregues pelos promotores e consideramos que deveríamos ter a distribuição das peças que já foram submetidas e depois esta proposta vir novamente aqui, tendo nós podido analisar tudo aquilo que é a documentação necessária, que não nos parece que tenha sido o caso.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** frisou:-----

-----“Tendo a Vereadora Carla Castelo solicitado o adiamento, se houver adiamento, eu deixo as minhas questões para a próxima reunião.” -----

-----Explicando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“O adiamento tem a ver se há informação complementar que quer ter, se entende que não teve tempo suficiente. -----

-----Esta é uma proposta que eu quero dizer que foi para consulta pública sem ter legalmente necessidade de ir pela proximidade dos valores que estavam em causa para a necessidade legal de consulta pública, foi um excesso por parte da administração desta Câmara Municipal.- -----

-----Agora, há peças técnicas em falta?-----

-----Senhora Chefe de Divisão, Senhor Diretor de Departamento, há alguma peça técnica em falta?--- -----

-----Qual é a peça técnica que está em falta Senhora Vereadora?” -----

-----Respondendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Nós só temos acesso às duas plantas, no fundo, e à análise dos Serviços, nós só tivemos acesso a essas peças.” -----

-----Volvendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Senhora Vereadora, quais são as peças técnicas que quer?” -----

----- Retorquindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Nós queremos todas as peças que o Município já dispunha relativamente a esta operação e não apenas aquilo que nos foi entregue, repare, a nós interessa-nos e parece-nos perfeitamente viável e temos todo o interesse em votar favoravelmente, não temos nenhuma questão que nos faça, enfim, pender para o voto contra, mas queremos ter acesso a tudo aquilo que é informação relevante para uma análise.” -----

----- Atalhando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Para uma análise técnica?” -----

----- Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Sim, também para uma análise técnica eu, como o Senhor Vice-Presidente deve compreender, uma Vereação como a nossa, que tem apenas uma Vereadora e não tem Serviços de assessoria nenhum.” -----

----- Mencionando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Eu também não, são eles.” -----

----- Referindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Mas o nosso papel aqui é diferente do vosso.” -----

----- Voltando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “O vosso é duvidar.” -----

----- Aludindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Não ponha as coisas dessa forma, porque não é a questão de duvidar, o nosso trabalho tem a ver também com o escrutínio, com o acompanhamento da atividade do Executivo, não é duvidar por duvidar, não diga isso porque não é verdade. -----

----- Agora, todas as peças que o Município tenha sobre este projeto que possam ser disponibilizadas aos Vereadores, nós agradecemos que o possam pôr no Salão Nobre Digital ou

numa “drive”.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse:-----

-----“Senhora Vereadora, quais são as peças que estão em falta para instrução do processo?-- -----

-----Eu quero que me diga, porque eu quero saber se falta alguma peça para a instrução do processo, o que é uma questão grave, é que a Senhora Vereadora até agora, não foi capaz de me explicar quais são as peças que quer.” -----

-----O **arquiteto Baptista Fernandes** esclareceu: -----

-----“Aquilo que é carregado para o processo e para o Salão Nobre Digital é o habitual, são as peças fundamentais, a memória descritiva, o regulamento, as análises técnicas dos diferentes intervenientes, a planta síntese do loteamento e a planta de cedências, creio que são as peças fundamentais.” -----

-----Perguntou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Estão lá todas?”-----

-----Retorquindo o **arquiteto Baptista Fernandes**:-----

-----“Estão lá todas, que é o hábito, eu percebo a questão da Senhora Vereadora que é ter acesso ao processo todos e o que é isso, é a história do processo, desde que ele entrou, as sucessivas análises técnicas, as sucessivas junções de elementos, penso eu que será isso e isso faz-se de outra maneira, a consulta do processo é consultar o processo no EDOC ou no SGU.”---

-----Interrompendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Que mais peças técnicas podem estar em falta? -----

-----Eu revelo toda a minha ignorância, eu não sei o que está em falta.”-----

-----Explicando de novo o **arquiteto Baptista Fernandes**: -----

-----“Para nós, não haveria nenhuma surpresa relativamente a este processo, tanto mais que ele é uma réplica evoluída do PIP que já foi aprovado em reunião de Câmara.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dizendo o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Que eu saiba aprovado por unanimidade.” -----

----- Usando de novo da palavra o **arquiteto Baptista Fernandes:** -----

----- “É certo que a instrução de um processo de loteamento é um processo mais robusto, do ponto de vista das peças, dos estudos preliminares de abastecimento de energia, dos sistemas de drenagem, os próprios projetos de arranjos exteriores, tudo isso é densificado do PIP para o projeto de loteamento, mas em síntese, o modelo urbano que está a ser aqui votado é um detalhe do PIP sem grandes modificações.-----

----- Agora, se a Senhora Vereadora quer ter acesso ao processo digital, só abrindo o “link” do SGU e a Vereadora consulta.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

----- “Eu agradeço, até porque nós não temos acesso a esses elementos, por isso, se for possível.” - -----

----- Dizendo o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Senhora Vereadora, nem deve ter, a Senhora Vereadora não pode ter o “link” do SGU, a Senhora Vereadora não tem competências, não tem nem a Senhora Vereadora nem nenhum Vereador, tenho eu, no âmbito das minhas competências e tem o Senhor Presidente no âmbito das competências dele. -----

----- Quem não tem competências em determinado pelouro, não tem acesso à informação desse pelouro, exceto o Senhor Presidente, porque todos os pelouros são do Senhor Presidente, é natural que a Senhora Vereadora não tenha acesso ao “link” do SGU, porque não tem competências nele, pode consultar o processo todo o tempo se tiver dúvidas sobre isso. -----

----- Porque é que eu estou a dizer isto?-----

----- Porque quero que fique bem registado em ata que não falta nenhuma peça no processo e instrução para vir à Câmara, quero que isso fique bem claro, sob pena de nós termos

levado para consulta pública um loteamento sem ter as peças técnicas necessárias para isso, é por isso que eu estou a fazer todo este relambório, porque quero que fique bem claro que estavam todas as peças técnicas necessárias a uma operação de loteamento que foi para consulta pública mesmo sem ter necessidade para tal.” -----

-----De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu: -----

-----“Eu não disse que tinha de ter acesso, eu perguntei se não podia ter acesso neste caso.” -----

-----Dizendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Pode consultar o processo.” -----

-----Volvendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Se for possível adiar para a tal primeira reunião de dezembro!” -----

-----Observando o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

-----“As peças que estão à disposição dos Senhores Vereadores, são as habituais, não há omissão de nada que não seja habitual.” -----

-----Referindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Vocês percebem que isto é muito importante para mim, fui eu que mandei para consulta pública e fui eu que mandei agendar, como tal se estiver alguma coisa em falta também eu estou em falta, que fique bem claro.” -----

-----Continuando o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

-----“As situações de divulgação pública de uma operação destas, ainda que não necessário tem justamente também pela importância e dimensão que a tipologia de operação determina, justamente para que os interessados se quiserem ter acesso a outras peças do processo, ou tenham dúvidas ou carreguem informações, podem consultar, daí o período que está em audição pública, para nós não era preciso mais nada.” -----

-----Questionando o **Senhor Vice-Presidente**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Não houve nenhuma participação pública?” -----

----- Retorquindo o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

----- “Não houve participações. -----

----- Queria dar uma nota à margem, que não tem nada que ver com isto, nem é para condicionar, a única coisa que eu sei é que o processo desta operação de loteamento, pese embora o Senhor Vice-Presidente tenha determinado uma consulta pública que em rigor não seria necessária tem a ver com algumas dificuldades financeiras que a Valentim de Carvalho está a ter e esta operação permite, de alguma forma, sanar.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu: -----

----- “Neste caso então, faremos a nossa intervenção. -----

----- O PSD vê com bons olhos, assim como também já disse na outra intervenção, até pelo facto daquilo que é o objetivo desta proposta, como o grande desígnio da recuperação e valorização patrimonial dos Estúdios Valentim de Carvalho, criando um museu a céu aberto com um polo de cultura musical único e inovador, que permitirá reforçar a projeção de Oeiras no panorama da dinâmica cultural nacional e internacional, como a criação de um museu vivo, cedência de zonas verdes e de um corredor verde de ligação à área designada Praça das Artes, vimos tudo isto com muito bons olhos, contudo, o PSD aquando da proposta inicial fizemos aqui algumas sugestões aos Serviços, nomeadamente assegurar alguns acessos pedonais com o objetivo de interligar as várias zonas habitacionais envolventes de forma fluída. -----

----- Nas plantas que aqui temos não consigo confirmar se, realmente a proposta já prevê isso e se é possível, eu gostaria se o Senhor Vice-Presidente aceitar, que os Serviços possam confirmar se isto já está previsto e se estas notas que nós fizemos anteriormente foram acolhidas.” -----

----- Esclarecendo o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

----- “Posso confirmar que foi feito um esforço por parte dos projetistas na tentativa de

demonstrar e em alguns casos já estão asseguradas, designadamente nos caminhos pedonais de atravessamento e com as pendências e as inclinações que a lei determina, sendo que há um ou outro caso, que agora não posso precisar com rigor, em que as cotas topográficas são difíceis de demonstrar nesta fase do estudo, mas que, designadamente na informação da Divisão de Mobilidade é recomendado que seja testado na fase sequente do projeto de infraestruturas, ou seja, quando se entrar numa fase de mais detalhe do projeto de execução se possa confirmar aquilo que eram as recomendações.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** perguntou: -----

-----Senhora Vereadora, continua a pretender adiar a votação da proposta?” -----

-----Respondendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Se for possível adiar até à primeira reunião de dezembro agradecia, então para podermos ver todas as peças processuais.”-----

-----Atalhando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Eu queria que a Senhora Vereadora articulasse com os Serviços a consulta do processo.” - -----

-----Dizendo o **arquiteto Baptista Fernandes**: -----

-----“Normalmente articulo com o Departamento da doutora Vera Carvalho a forma como isto se processa, porque para nós é relativamente simples, se a Senhora Vereadora quisesse ir ao meu gabinete eu abria o “link” do processo e consultava, esta é uma maneira que é usada entre técnicos, como é uma maneira mais institucional eu articulo com a doutora Vera Carvalho como é que se processa.”-----

-----Mencionando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Eu queria deixar claro que há aqui um lado desta operação que é importantíssimo e que é a preservação e a valorização do extraordinário património do Estúdio da Valentim de Carvalho, que é de acordo com o que me disseram uma réplica do estúdio em que os “Beatles”



Câmara Municipal
de Oeiras

gravaram o “Sergeant Pepper's”, é provavelmente, um dos melhores estúdios clássicos do mundo, com uma sonoridade única que esperamos que após esta aprovação, se for aprovada na próxima reunião de Câmara, recuperar urbanisticamente toda aquela zona, preservando o Estúdio e possibilitando a visita do mesmo. -----

----- Creio que todos nós, ou a maior parte de nós aqui, somos apreciadores de música e visitar aquele estúdio é visitar um monumento, está adiada até à próxima reunião de Câmara.” ---

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

56 - PROPOSTA Nº. 1004/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 3, 3º. DTº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, número três, terceiro direito, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de cento e setenta três euros e oitenta e seis cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos declarados e conforme simulação efetuada, com entrada em vigor a um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 1005/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 69, 1º. DTº. NO BAIRRO ALTO DA LOBA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, sita na Rua Conde de Rio Maior, número sessenta e nove, primeiro direito, no Bairro Alto da Loba.-----

-----A fixação da renda mensal no valor de duzentos e oitenta euros e quarenta e cinco cêntimos. -- -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

58 - PROPOSTA Nº. 1006/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA DIOGO DE TEIVE, Nº. 1, 3º. DTO, NO BAIRRO DOS NAVEGADORES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Quatro, sito na Alameda Diogo de Teive, número um, terceiro direito, no Bairro dos Navegadores -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A fixação da renda mensal no valor de vinte e cinco euros e setenta e três cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

59 - PROPOSTA Nº. 1007/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 1, R/C DTO., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS, EM CARNAXIDE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua Doutor Nuno Simões, número um, rés-do-chão direito, no Bairro Páteo dos Cavaleiros -----

----- A manutenção da renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

60 - PROPOSTA Nº. 1008/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA THOMAZ DE MELLO, Nº. 15, 1º. ESQº., NO BAIRRO ALTO DA LOBA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua Thomaz de Mello, número quinze, primeiro esquerdo, no Bairro Alto da Loba.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de trinta euros e vinte e dois cêntimos, com entrada em vigor a um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro e calculado de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

61 - PROPOSTA N.º. 1009/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, N.º. 88, 1.º. ESQ., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Quatro, sito na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número oitenta oito, primeiro esquerdo, no Bairro dos Navegadores. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cento e quinze euros e quarenta e oito cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

62 - PROPOSTA Nº. 1010/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA GONÇALO AFONSO, Nº. 5C, NO BAIRRO DOS NAVEGADORES: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Zero, sito na Rua Gonçalo Afonso, número cinco C, no Bairro dos Navegadores.-----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de catorze euros e vinte e cinco cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da a Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Após votação saíram definitivamente da sala o **Senhor Vereador Pedro Patacho** e o **Senhor Vice-Presidente**, tendo a **Senhora Vereadora Joana Baptista** assumido a condução dos trabalhos. -----

63 - PROPOSTA Nº. 1011/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACECOA PARA OFERTA DE CABAZES DE NATAL ÀS FAMÍLIAS ARRENDATÁRIAS

MUNICIPAIS:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte**, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Gostaria de fazer aqui uma proposta até porque já comentei com a Vereadora Carla Rocha, mas queria explicá-la melhor, porque, na verdade, são duas propostas.-----

-----A primeira consiste naquilo que são os produtos que estão designados na proposta como o vinho tinto, o queijo, o mel, que, no âmbito daquilo que temos vindo a desenvolver no nosso Município em relação à estratégia para a transição alimentar, eles possam ser incorporados neste espírito, fomentando assim que eles possam ser adquiridos em promotores da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Havendo aqui também um objetivo de fomentar este sistema alimentar que visa proporcionar a toda a população acesso a alimentos saudáveis, minimizando o desperdício e preservando o ambiente com a minimização da pegada ecológica. -----

-----A segunda proposta, julgo que já foi feita no passado e a Vereadora já me confirmou que ao longo do tempo, por várias razões, perdeu-se, que era o concurso do melhor bolo rei de Oeiras, em que todas as pastelarias e fábricas com sede no Concelho possam participar e o prémio para o vencedor, era poder fornecer a Câmara deste bolo-rei, o que não só promove a indústria local como também dá uma valorização do comércio local. -----

-----Eu percebo, contudo, que não seja possível fazer este ano, porque estamos em cima da hora e provavelmente, eles não teriam essa capacidade, nem nós, mas julgo que é possível à distância que estamos de dois mil e vinte e quatro de incluir estas propostas naquilo que são as de dois mil e vinte e quatro, trabalhar nesse sentido e, no âmbito das atividades económicas estou perfeitamente aberta para coordenar e ajudar a que isto seja possível e fomentar neste âmbito.” --

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** salientou o seguinte: -----

-----“Estando nós de acordo com o princípio da oferta destes cabazes a esta população, mas em desacordo com a forma como é este procedimento, enfim, vamos abster-nos e entregar



Câmara Municipal
de Oeiras

declaração de voto escrito.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte:-----

----- “Eu não sei se tiveram oportunidade todos de experimentar o bolo-rei que foi servido no intervalo.-----

----- Esse bolo rei foi premiado, é um bolo rei de uma pastelaria do Concelho, da Pastelaria Saquinho Dourado, (ex Vera Cruz), no Largo Alves Redol, em Caxias, é um bolo rei excepcional do Concelho de Oeiras. É tão excepcional que é mais caro do que aquilo que é o bolo rei que está integrado neste cabaz de Natal.-----

----- Há aqui um pressuposto e está mencionado na proposta de deliberação que o valor unitário por cabaz, são trinta e oito euros e esses trinta e oito euros engloba o bacalhau, o azeite (como todos sabem aumentou noventa e dois por cento), o vinho tinto, o bolo-rei (mas um bolo rei com aquela categoria não custa menos de dez/quinze euros), um queijo inteiro, o mel em frasco, nozes em casca e bombons.-----

----- Temos três mil e quinhentos cabazes de Natal e temos que encontrar aqui um equilíbrio entre a quantidade e o valor de cada cabaz.-----

----- Por outro lado, encontrar quem consiga fornecer esta quantidade, porque nem todos conseguem fornecer esta quantidade pela qualidade desejada e em função do valor, mas iremos fazer um esforço para encontrar cada vez mais produtos locais e com um valor que esteja dentro deste desígnio, que é um desígnio de causa pública, trinta e oito euros.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, no montante de cento e quarenta e um mil e setecentos euros, à ACECOA - Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, para aquisição de

produtos, embalagem e transporte de três mil e quinhentos cabazes de Natal para oferta às famílias arrendatárias municipais.-----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba;-----

-----Que a não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido;-----

-----A minuta do termo de aceitação.-----

-----Nos termos das alíneas h) e i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro, na redação da Lei número cento e dezanove, de dois mil e dezanove, de dezoito de setembro.-----

64 - PROPOSTA Nº. 1012/23 - DCA - ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS 2024 - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a fixação do preço devido para acesso aos concertos e recitais a realizar pela Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Que a entrada para os espetáculos a realizar no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Marquês de Pombal, Auditório Municipal José de Castro e no Museu da Pólvora Negra seja efetuada mediante a aquisição de ingresso com tarifário único, no valor de cinco euros. -----

----- Acesso gratuito para os restantes recitais e para os concertos de Páscoa e Natal (caso se venham a realizar no Mosteiro da Cartuxa e/ou no Centro Paroquial Nova Oeiras), bem como para os concertos didáticos.-----

----- A receita proveniente da venda de bilhetes reverterá na totalidade para o Município de Oeiras.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigo vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro.-----

65 - PROPOSTA Nº. 1013/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS, NO ÂMBITO DA 41ª EDIÇÃO DO “TROFÉU CMO - CORRIDA DAS LOCALIDADES”:-----

Esta proposta, por decisão da **Senhora Vereadora Joana Baptista**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

66 - DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

----- “Como a Senhora Vereadora Carla Castelo, envia por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, as declarações de voto, iremos passar a ler as declarações de voto da Senhora

Vereadora Carla Castelo: -----

-----**“PD nº. 969/2023 - DMOTDU\DGALU - Toponímia da Freguesia de Linda-a-Velha** - O nome do Padre Manuel Martins merece a nossa aprovação por ser alguém que teve um trabalho relevante na comunidade de Linda-a-Velha, sendo reconhecido por esse trabalho junto dos católicos da Freguesia. Pelo contrário, não nos parece justificado o nome de Manuel Policarpo, antigo patriarca de Lisboa. Como disse, consideramos que a toponímia, quando usa nomes de pessoas, deve homenagear pessoas com uma ligação ao território e que sejam reconhecidas pela comunidade. Quando estamos quase a comemorar os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, defendemos a importância de dar o nome de um/a resistente antifascista, militar de abril que reside ou residiu no Concelho.” -----

-----**“PD nº.971/2023 - GMA - Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, do Município de Oeiras, relativo a 2022** - Regista-se um aumento extremamente significativo de medidas por implementar face ao ano anterior, devido a escassez de recursos humanos, a falta de desenvolvimentos informáticos e formação. Essas faltas deveriam ter sido corrigidas, havendo vontade política para tal. Igualmente grave é o facto de o Executivo pretender aprovar um relatório que tem insuficiências, tendo a elaboração do mesmo sido condicionada pela exiguidade dos recursos humanos do Gabinete Municipal de Auditoria. Na própria Proposta de Deliberação afirma-se que há “ainda necessidade de efetuar diligências adicionais, em função da obtenção de respostas incompletas ou inconsistentes. Além disso, face ao elevado número de itens objeto de análise, bem como à sua dispersão por diversas fontes, foi necessário realizar sucessivos procedimentos de validação da informação.” Saudamos o esforço e empenho dos serviços, desde logo do Gabinete Municipal de Auditoria, mas não podemos aprovar um Relatório com estas insuficiências e não podemos deixar de responsabilizar o Executivo pelas mesmas.” -----

-----**“PD nº. 978/2023 - GMA - Relatório de Avaliação Intercalar de Execução do**



Câmara Municipal
de Oeiras

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, do Município de Oeiras, relativo a 2023 - O que este relatório intercalar nos revela é que o Executivo não se tem empenhado suficientemente na execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, do Município de Oeiras. -----

----- Tanto o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, como o Código de Ética e de Conduta permanecem em revisão para a sua adequação aos requisitos do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, introdução de melhorias face às experiências até agora adquiridas e às melhores práticas nesta área. No ano passado, foi-me respondido que havia a perspectiva que este processo de revisão estivesse concluído até julho de dois mil e vinte e três, o que não se verificou. - -----

----- O Regime Geral da Prevenção da Corrupção determina a obrigatoriedade de o Município apresentar o relatório de avaliação intercalar, no mês de outubro do ano a que respeita a execução, pelo que também não compreendemos porque é que este relatório intercalar não foi apresentado nesta Câmara na última reunião de outubro ou na primeira de novembro. -----

----- Grave no nosso entender é o agora denominado Gabinete Municipal de Auditoria continuar a apresentar risco muito elevado agravado (tendência de subida) na promoção da ética, integridade e transparência pelo incumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção. ---

----- **“PD nº. 993/2023 - DMAG\DFP\DP - Desanexação do domínio privado e desafetação do domínio público de duas parcelas de terreno municipais sitas em Tercena - Retificação** - Mantemos o voto contra conforme a proposta inicial vinda a reunião da Câmara em vinte e oito de junho deste ano. Discordamos desta alienação de terrenos municipais e voltamos a registar a contradição insanável entre as afirmações do Presidente que diz que o Município não dispõe terrenos urbanos onde construir habitação pública, como justificação para destruir terrenos de Reserva Agrícola Nacional, ao mesmo tempo que vende os terrenos urbanos de que é proprietário.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Nem há comentários quanto a esta declaração de voto.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte: -----

-----“O que posso dizer é que se trata de uma declaração habitual e que não leva em linha de conta os princípios da boa gestão do património público, nem a vocação de cada terreno, nem a decisão que deve ser tomada em função do caso concreto, ou seja, há terrenos que devem ser dedicados à habitação, mas nem só de habitação vive o mundo e, portanto, não podemos abdicar de todo o tipo de equipamentos e de emprego para as pessoas e de empresas e de estradas e de ciclovias para agora só fazer habitação em todos os prédios. -----

-----Há que adequar cada decisão ao caso concreto e cada terreno à função que ele tem e isso é o que resulta até dos instrumentos de planeamento territorial.” -----

-----“**PD nº. 994/2023 - DMOGAH\DHM\DCH - PROC. Nº. 21/DPCHM/2022 - Empreitada de Construção do Empreendimento Habitacional do Alto da Montanha-Carnaxide. Aprovação da 2.ª Modificação objetiva do Contrato de Obra Pública nº. 1051/2021 (2.ª MOC) - Trabalhos complementares** - Nada temos a obstar ao procedimento administrativo de aprovação dos trabalhos complementares, mas não votamos favoravelmente nenhuma proposta relativa a este empreendimento, abstendo-nos sempre que a proposta em si não nos levanta dúvidas técnico-legais. Aquando da abertura do procedimento de contratação desta empreitada votámos contra, tendo explicado os motivos que se prendem com a localização desadequada do empreendimento em infraestrutura ecológica, e com as dúvidas suscitadas pela ação popular que ainda não foi julgada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, apesar do Ministério Público ter dado razão à ação popular da Associação de Moradores do Casal da Amoreira.” -----

-----“**PD nº. 1011/2023 - DMOGAH\DHM\DGSB - Oferta de cabazes de Natal às famílias arrendatárias municipais - Participação financeira à ACECOA** - Conforme



Câmara Municipal
de Oeiras

disse, concordamos com a oferta de cabazes de Natal às famílias arrendatárias de casas de habitação municipal. Mas não se trata de uma comparticipação financeira à ACECOA, porque a iniciativa e o custo recaem totalmente sobre a Câmara Municipal de Oeiras. Trata-se, como noutros casos que temos apreciado e votado, de contratação de serviços à ACECOA que esta subcontrata sem que conheçamos como foi feita a seleção das propostas dos fornecedores. Aliás falta, na documentação da PD, o Relatório da Iniciativa de dois mil e vinte e dois, partindo do princípio que os Termos de Aceitação de dois mil e vinte e dois também o exigiam. Neste caso os Estatutos da ACECOA, que lhe exigem a defesa dos interesses dos associados, são mesmo contraditórios com a defesa do interesse público municipal, que exige a melhor relação qualidade/preço para a seleção dos produtos a adquirir. Abstemo-nos porque esta forma de contratação de serviços nos suscita dúvidas, ainda que concordemos com a oferta aos arrendatários das casas municipais.” -----

67 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às dezanove horas e trinta minutos, a **Senhora Vereadora Joana Baptista** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

A Vereadora,

JOANA
MICAELA
SALVADOR
BAPTISTA

Assinado de forma digital por JOANA MICAELA SALVADOR BAPTISTA
Dados: 2024.01.08 14:59:25 Z

(Joana Baptista)

A Diretora de Departamento,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho
de Ascensão /
500745943

Assinado de forma digital por Vera Lúcia da Rocha Ferreira de Carvalho de Ascensão / 500745943
Dados: 2024.01.08 10:47:57 Z

(Vera Carvalho)